

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2022
ABERTURA

O **Secretário de Estado da Administração de Goiás – SEAD**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Estadual Nº 20.491 de 25 de junho de 2019, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a realização de **Concurso Público**, que obedecerá às normas preconizadas pelo Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, regulamentado pela Lei Estadual Nº 8.033/1975, Lei Estadual nº 8.000/ 1975 , Lei Estadual Nº 17.866/2012, Lei Estadual Nº 15.668/2006, Portaria Nº 42/2008 – PMGO e Portaria Nº 8684/2016 – PMGO, para provimento de vagas para os cargos de Cadete e 2º Tenente (médico/odontólogo/psicólogo).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Concurso Público, a que se refere o presente Edital, será executado pelo Instituto AACP, com sede na Avenida Dr. Gastão Vidigal, nº 959-Zona 08, CEP 87050-440, Maringá/PR, endereço eletrônico www.institutoaacp.org.br e correio eletrônico candidato@institutoaacp.org.br.
- 1.2 O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas existentes, de acordo com a Tabela 2.1 deste Edital e tem prazo de validade de **2 (dois) anos** a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás – SEAD.
- 1.3 A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá provas para aferir conhecimentos, conforme as Tabelas do item 8 deste Edital.
- 1.4 **A convocação para as vagas informadas na Tabela 2.1 deste Edital será feita de acordo com a necessidade e a conveniência da Polícia Militar e da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás – SSP-GO.**
- 1.5 Os candidatos nomeados estarão sujeitos ao Regime que obedecerá às normas preconizadas pelo Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, regulamentado pela Lei Estadual Nº 8.033/1975, Lei Estadual nº 8.000/ 1975, Lei Estadual Nº 17.866/2012, Lei Estadual Nº 15.668/2006.
- 1.6 Os requisitos e as atribuições dos cargos estão relacionados no **Anexo I** deste Edital.
- 1.7 Os conteúdos programáticos da Prova Objetiva encontram-se no **Anexo II** deste Edital.
- 1.8 **Não serão fornecidas por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar, rigorosamente, as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e as demais publicações no endereço eletrônico www.institutoaacp.org.br.**
- 1.9 **Este Edital é público, amplamente divulgado e sua leitura na íntegra é requisito imprescindível para inscrição no certame. Portanto, é responsabilidade exclusiva do candidato inscrito a leitura do Edital, não podendo alegar desconhecimento das informações nele constante.**

2. DOS CARGOS

- 2.1 O cargo, código do cargo, Oficial, vagas, jornada de trabalho são os estabelecidos a seguir:

TABELA 2.1

NÍVEL SUPERIOR ⁽¹⁾					
Cargo	Código do Cargo	Oficial	Vagas Masculina	Vagas Feminina	Jornada de trabalho
Cadete	401	Cadete	90	10	40 (quarenta) horas semanais
	TOTAL		100		
Cargo	Código do Cargo	Oficial Médico	Ampla concorrência		Jornada de trabalho
2º Tenente QOS – Oficial Médico	402	Clínica Médica	08		30 (trinta) horas semanais
	403	Cardiologia	04		
	404	Pediatria	02		
	405	Ginecologia/Obstetrícia	02		
	406	Pneumologia	01		
	407	Endocrinologia	03		
	408	Gastroenterologia	02		

	409	Ortopedia	02	
	410	Médico do trabalho / Perícia Médica	01	
	411	Reumatologia	01	
	412	Cirurgia Geral	01	
	413	Dermatologia	01	
	414	Psiquiatria	04	
	415	Neurologia	01	
	TOTAL		33	
Cargo	Código do Cargo	Oficial Médico	Ampla concorrência	Jornada de trabalho
2º Tenente QOS – Oficial Odontológico	416	Odontologia Clínica	10	30 (trinta) horas semanais
	417	Endodontia	02	
	418	Cirurgia Bucomaxilofacial	01	
	TOTAL		13	
Cargo	Código do Cargo	Oficial Médico	Ampla concorrência	Jornada de trabalho
2º Tenente QOS – Oficial Psicólogos	419	Psicologia	04	30 (trinta) horas semanais
	TOTAL		04	

⁽¹⁾ Ver os requisitos e atribuições dos cargos no Anexo I deste Edital.

* Para o cargo de Cadete, o candidato se inscreverá para Goiânia, no entanto poderá ser lotado em qualquer cidade do Estado de Goiás, de acordo com a necessidade da Polícia Militar.

* Para os cargos de 2º Tenente, o candidato se inscreverá para Goiânia, no entanto poderá ser lotado em qualquer cidade do Estado de Goiás, de acordo com a necessidade da Polícia Militar e permanecerá lotado no município designado pela Polícia Militar do Estado de Goiás por no mínimo 3 (três) anos, após a formação.

2.1.2 Remuneração: Conforme previsto nas Leis Estaduais nº 15.668/2006 e 18.474/2014:

2.1.2.1 Cadete de 1º ano – R\$ 8.433,73 (oito mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e três centavos) mensais;

2.1.2.2 Cadete de 2º ano – R\$ 9.136,54 (nove mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais;

2.1.2.3 Cadete de 3º ano – R\$ 10.542,16 (dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos) mensais;

2.1.2.4 Aspirante a Oficial – R\$ 12.052,99 (doze mil e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos) mensais;

2.1.2.5 2º Tenente – R\$ 13.901,60 (treze mil, novecentos e um reais e sessenta centavos) mensais.

2.1.3 O valor da taxa de inscrição é de R\$130,00 (cento e trinta reais).

3. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no cargo de **Cadete – Polícia Militar**:

3.1.1 Aprovação prévia neste Concurso Público;

3.1.2 Ser brasileiro nato;

3.1.3 Estar quite com as obrigações eleitorais;

3.1.4 Estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.5 Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

3.1.6 Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

3.1.7 Comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo para o qual se inscreveu (bacharel em direito), conforme estabelecido neste Edital;

3.1.8 Ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual concorre;

3.1.9 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na posse e máxima de 32 (trinta e dois) anos completados até o último dia previsto para inscrição no respectivo concurso público.

3.1.10 Se Praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”;

3.1.11 Se Militar, não figurar como indiciado em Inquérito Policial Militar ou Conselho de Disciplina e/ou Conselho de Ética e Disciplina, não responder a processo criminal relativo a fato ocorrido em consequência do serviço que constituía ilícito infamante, lesivo à honra ou ao pudor militar;

3.1.12 Ter altura mínima de 1,65 m. (um metro e sessenta e cinco centímetros) para candidatos do sexo masculino e 1,60 m. (um metro e sessenta centímetros) para candidatas do sexo feminino;

3.1.13 Ter bons antecedentes e idoneidade moral;

3.1.14 Não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade, medida de segurança ou qualquer condenação incompatível com a função Policial Militar;

3.1.15 Não ter sido dispensado de Corporação das Forças Armadas, por incapacidade física, definitiva ou moral, ou por motivo considerado incompatível com as exigências para a função Policial Militar, de acordo com a legislação em

- vigor;
- 3.1.16 Não ter sido desligado de estabelecimento militar por motivo disciplinar.
- 3.1.17 Ser habilitado no mínimo na categoria “B” ou superior mediante apresentação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH na data da posse.
- 3.1.18 Cumprir na íntegra as determinações previstas no Edital de abertura do concurso.
- 3.2 São requisitos básicos para o ingresso no cargo de **2º Tenente – Polícia Militar (Médicos, Odontólogos e Psicólogos)**:
- 3.2.1 Aprovação prévia neste Concurso Público;
- 3.2.2 Ser brasileiro nato;
- 3.2.3 Ter o nível de escolaridade e formação, exigidos para o exercício do cargo, dentro das respectivas especialidades;
- 3.2.4 Estar quite com as obrigações eleitorais;
- 3.2.5 Estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- 3.2.6 Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
- 3.2.7 Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;
- 3.2.8 Comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo/especialidade para o qual se Inscreveu, no prazo estabelecido por este Edital.
- 3.2.9 Ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual concorre;
- 3.2.10 Ter idade máxima de até 35 (trinta e cinco) anos na data de publicação deste Edital;
- 3.2.11 Se Praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”;
- 3.2.12 Se Militar, não figurar como indiciado em Inquérito Policial Militar ou Conselho de Disciplina e/ou Conselho de Ética e Disciplina, não estar respondendo a processo criminal relativo a fato ocorrido em consequência do serviço que constituía ilícito infamante, lesivo à honra ou ao pudor militar;
- 3.2.13 Ter altura mínima de 1,65 m. (um metro e sessenta e cinco centímetros) para candidatos do sexo masculino e 1,60 m. (um metro e sessenta centímetros) para candidatos do sexo feminino;
- 3.2.14 Ter bons antecedentes e idoneidade moral;
- 3.2.15 Não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade, medida de segurança ou qualquer condenação incompatível com a função Policial Militar;
- 3.2.16 Não ter sido dispensado de Corporação das Forças Armadas, por incapacidade física, definitiva ou moral, ou por motivo considerado incompatível com as exigências para a função Policial Militar, de acordo com a legislação em vigor;
- 3.2.17 Não ter sido desligado de estabelecimento militar por motivo disciplinar;
- 3.2.18 Ser habilitado no mínimo na categoria “B” ou superior mediante apresentação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH na data da posse.
- 3.2.19 Cumprir na íntegra as determinações previstas no Edital de abertura do concurso.

4. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 4.1 Haverá isenção total da taxa de inscrição para o candidato que:
- a) for Membro de Família cuja Renda Familiar seja inferior a 2 (dois) salários-mínimos, mediante comprovantes de rendimento ou prova de que é beneficiário de programa federal ou estadual de transferência de renda nos termos da Lei nº 19.587/2017; ou
- b) for Doador de sangue, nos termos da Lei Estadual Nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017; ou
- c) for Doador de medula óssea, nos termos da Lei Estadual Nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017;
- d) for Doadora de leite materno, nos termos da Lei Estadual Nº 21.026, de 22 de junho de 2021.
- 4.2 A solicitação de isenção da taxa de inscrição será realizada via internet no período das **09h00min. do dia 08/04/2022 até as 23h59min. do dia 12/04/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF, mediante preenchimento do Formulário de solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, disponível no endereço eletrônico www.institutoacp.org.br. Para fins de obtenção da isenção da taxa de inscrição, o candidato interessado deverá:
- a) optar pelo link específico do **Formulário de Solicitação da Isenção**, conforme uma das condições previstas nos subitens 4.3, 4.4, 4.5 ou 4.6, declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo e submetendo-se às normas expressas neste Edital;
- b) preencher de forma completa e correta o Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, conforme uma das opções de isenção em que se enquadre, descritas nos subitens 4.3, 4.4, 4.5 ou 4.6.
- 4.3 **Membro de Família cuja Renda Familiar seja inferior a 2 (dois) salários-mínimos ou beneficiário de programa federal ou estadual de transferência de renda:**
- 4.3.1 o candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- a) indicar, no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição a opção membro de família;
- b) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
- c) anexar cópia simples do Requerimento para solicitação de isenção de taxa de inscrição, conforme Anexo IV, acrescida de:
- c1) apresentação de comprovação de renda mensal familiar de até 2 (dois) salários-mínimos, com indicação dos familiares (nomes e grau de parentesco) dos integrantes da família, relação dos rendimentos individuais (de todos) e respectivos comprovantes; **ou**
- c2) Certidão, ou declaração equivalente, expedida no presente ano pelo órgão competente, que comprove recebimento de benefício de programa federal ou estadual de transferência de renda.
- 4.3.2 O candidato, ao optar pelo envio de arquivo em PDF, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por

- senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação de isenção.
- 4.3.3 No caso da existência de dois ou mais arquivos com a documentação referente a isenção, será considerado o último arquivo enviado, sendo os demais documentos cancelados automaticamente, desconsiderando-se as informações neles registradas.
- 4.3.4 Os documentos comprobatórios exigidos nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 4.3.1, deverão ser enviados, no período das **09h00min. do dia 08/04/2022 até as 23h59min. do dia 13/04/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do link **Envio dos documentos referentes à Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, em único arquivo salvo no formato PNG, JPG, JPEG ou PDF, contendo os documentos referentes à isenção solicitada, conforme previsão do subitem 4.3 deste edital;
- 4.3.5 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição, nesta modalidade, ao candidato que:
- omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;
 - não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 4.2 deste Edital;
 - não enviar os documentos exigidos nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 4.3.1, e/ou em cópia ilegível;
- 4.3.6 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Instituto AOCF.
- 4.4 Doador de Sangue:**
- 4.4.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- indicar no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição a opção "Doador de Sangue";
 - anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
 - anexar cópia simples da declaração emitida por entidade coletora oficial ou credenciada pela União, pelo Estado, ou pelo Município, ou que integrar associação de doadores de sangue, que comprove que o candidato tenha realizado, 3 (três) doações, no período de 12 (doze) meses anteriores a publicação do Edital do Concurso, contendo o número do cadastro, nome e CPF do doador.
- 4.4.2 Os documentos comprobatórios exigidos nas alíneas 'b', e 'c' do subitem 4.4.1, deverão ser enviados, no período das **09h00min. do dia 08/04/2022 até as 23h59min. do dia 13/04/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do link **Envio dos documentos referentes à Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, em único arquivo salvo no formato PNG, JPG, JPEG ou PDF, contendo os documentos referentes à isenção solicitada, conforme previsão do subitem 4.4 deste edital;
- 4.4.2.1 O candidato, ao optar pelo envio de arquivo em PDF, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação de isenção.
- 4.4.2.2 No caso da existência de dois ou mais arquivos com a documentação referente a isenção, será considerado o último arquivo enviado, sendo os demais documentos cancelados automaticamente, desconsiderando-se as informações neles registradas.
- 4.4.3 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição, na condição de doador de sangue, ao candidato que:
- omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;
 - não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 4.2 deste Edital;
 - não apresentar todos os dados solicitados;
 - não enviar os documentos exigidos nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 4.4.1, e/ou em cópia ilegível;
- 4.4.4 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Instituto AOCF.
- 4.5 Doador de Medula Óssea:**
- 4.5.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- indicar no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição a opção "Doador de Medula Óssea";
 - anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
 - anexar cópia simples do comprovante de doação voluntária com data de até 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao requerimento de isenção, mediante a apresentação da carteira de identificação do doador expedida por meio do Hemocentro de Goiás ou outro documento idôneo;
- 4.5.2 Os documentos comprobatórios exigidos nas alíneas 'b', e 'c' do subitem 4.5.1, deverão ser enviados, no período das **09h00min. do dia 08/04/2022 até as 23h59min. do dia 13/04/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do link **Envio dos documentos referentes à Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, em único arquivo salvo no formato PNG, JPG, JPEG ou PDF, contendo os documentos referentes à isenção solicitada, conforme previsão do subitem 4.5 deste edital;
- 4.5.2.1 O candidato, ao optar pelo envio de arquivo em PDF, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação de isenção.
- 4.5.2.2 No caso da existência de dois ou mais arquivos com a documentação referente a isenção, será considerado o último arquivo enviado, sendo os demais documentos cancelados automaticamente, desconsiderando-se as informações neles registradas.
- 4.5.3 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição, na condição de Doador de Medula Óssea, ao candidato que:
- omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;
 - não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 4.2 deste Edital;
 - não apresentar todos os dados solicitados;
 - não enviar os documentos exigidos nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 4.5.1, e/ou em cópia ilegível;
- 4.5.4 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Instituto AOCF.
- 4.6 Doadora de Leite Materno:**
- 4.6.1 A candidata interessada em obter a isenção da taxa de inscrição deverá:
- indicar no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição a opção "Doadora de Leite Materno";
 - anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;

- c) anexar cópia simples da declaração emitida por entidade coletora oficial ou credenciada pela União, pelo Estado, ou pelo Município, comprovando que a candidata tenha realizado, pelo menos 3 (três) doações, no período de 12 (doze) meses anteriores a publicação do Edital do Concurso, contendo o nome e CPF da doadora.
- 4.6.2 Os documentos comprobatórios exigidos nas alíneas 'b', e 'c' do subitem 4.6.1, deverão ser enviados, no período das **09h00min. do dia 08/04/2022 até as 23h59min. do dia 13/04/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do link **Envio dos documentos referentes à Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, em único arquivo salvo no formato PNG, JPG, JPEG ou PDF, contendo os documentos referentes à isenção solicitada, conforme previsão do subitem 4.6 deste edital;
- 4.6.2.1 A candidata, ao optar pelo envio de arquivo em PDF, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação de isenção.
- 4.6.2.2 No caso da existência de dois ou mais arquivos com a documentação referente a isenção, será considerado o último arquivo enviado, sendo os demais documentos cancelados automaticamente, desconsiderando-se as informações neles registradas.
- 4.6.3 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição, na condição de Doadora de Leite Materno, à candidata que:
- omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;
 - não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 4.2 deste Edital;
 - não apresentar todos os dados solicitados;
 - não enviar os documentos exigidos nas alíneas 'b' e 'c' do subitem 4.6.1, e/ou em cópia ilegível;
- 4.6.4 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Instituto AOC.P.
- 4.7 O candidato interessado em obter a isenção da Taxa de Inscrição, que necessitar de atendimento especial durante a realização da prova deverá, no ato do pedido de isenção da taxa de inscrição, indicar claramente, no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, quais são os recursos especiais necessários. O laudo médico, deverá ser enviado por meio do link **Envio de Laudo Médico (condição especial para prova)**, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme o subitem 6.3 deste Edital.
- 4.8 A exatidão dos documentos enviados é de total responsabilidade do candidato. Após o envio dos documentos comprobatórios não será permitida a complementação da documentação, nem mesmo através de pedido de revisão e/ou recurso.
- 4.9 Os documentos descritos neste item terão validade somente para este Concurso Público e não serão fornecidas cópias dos mesmos.
- 4.10 As informações prestadas no Formulário de solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, bem como os documentos encaminhados, serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará a sua eliminação do Concurso Público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 4.11 Não será aceita solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por vias diferentes das estabelecidas neste Edital.
- 4.12 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até a data provável de **22/04/2022** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.
- 4.13 O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida poderá impetrar recurso através do endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br no período da **09h00min. do dia 25/04/2022 às 23h59min. do dia 27/04/2022**, observado horário oficial de Brasília/DF, por meio do link "**Recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição**".
- 4.13.1 As respostas aos recursos impetrados contra o indeferimento da solicitação de isenção e a relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, que porventura sejam deferidos no pós-recurso, serão divulgadas na data provável de **03/05/2022** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.
- 4.13.2 Se, após a análise do recurso, permanecer a decisão de indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, o candidato poderá acessar o endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, até as **23h59min. do dia 06/06/2022**, realizar uma nova inscrição, gerar o boleto bancário e efetuar o pagamento até o seu vencimento para participar do certame.
- 4.13.3 O interessado que não tiver seu requerimento de isenção deferido e que não realizar uma nova inscrição, na forma e no prazo estabelecidos neste Edital, estará automaticamente excluído do certame.
- 4.14 O candidato que tiver seu pedido de isenção da taxa de inscrição deferido e, posteriormente, realizar uma inscrição, sem pedido de isenção, e realizar o pagamento do boleto bancário, terá a sua solicitação de isenção cancelada, sendo deferida a última inscrição realizada, conforme subitem 5.6.3.
- 4.15 Os candidatos que tiverem as solicitações de isenção deferidas já são considerados devidamente inscritos no Concurso Público e poderão consultar o status da sua inscrição no endereço eletrônico do Instituto AOC.P www.institutoaocp.org.br, a partir do dia **03/05/2022**.

5. DAS INSCRIÇÕES

- 5.1 A inscrição neste Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
- 5.2 As inscrições para o Concurso Público da Secretaria de Estado da Administração de Goiás – SEAD serão realizadas **somente via internet**. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.
- 5.3 O período para a realização das inscrições será a partir das **09h00min. do dia 04/05/2022 às 12h00min. do dia 06/06/2022**, observado horário oficial de Brasília/DF, através do endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.
- 5.4 Após declarar ciência e aceitação das disposições contidas neste Edital, o candidato interessado em inscrever-se para

o presente certame deverá:

- a) preencher o **Formulário de Solicitação de Inscrição** declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo, e submeter-se às normas expressas neste Edital;
- b) Após a confirmação da inscrição, que ocorrerá ao término da operação, o candidato deverá imprimir o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE, exclusivamente no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, para efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado no subitem 2.1.3 deste Edital, até o dia do vencimento impresso na guia, na rede bancária credenciada (Itaú, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Bradesco, Santander, Bancoob, Santander e Sicredi).
- 5.5 Em hipótese alguma, após finalizado o preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição, será permitido ao candidato alterar o cargo para o qual se inscreveu.
- 5.6 O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pelo Instituto AOCF através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.
- 5.6.1 O recibo de pagamento do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE será o comprovante de que o candidato realizou sua inscrição neste Concurso Público. O Instituto AOCF não se responsabiliza por Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE, emitido através de endereço eletrônico diferente do www.institutoaocp.org.br.
- 5.6.2 o candidato poderá se inscrever para os dois cargos, emitindo os dois boletos e pagando duas taxas de inscrição.**
- 5.6.3 No caso de duas ou mais inscrições de um mesmo candidato para o mesmo cargo, será considerada a última inscrição realizada com data e horário mais recente, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo ressarcimento do valor pago, ou transferência do valor pago para outro candidato, ou, ainda, para inscrição realizada para outro cargo.**
- 5.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.
- 5.7.1 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em qualquer época, na eliminação do candidato sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a posse do candidato, o mesmo será exonerado após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 5.8 O candidato deve efetuar o pagamento de sua inscrição até a data de vencimento constante do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE. **As inscrições realizadas com pagamento após essa data não serão acatadas.**
- 5.8.1 É de responsabilidade do candidato que acesse o link citado no subitem 5.8, e efetue a geração do boleto bancário com a antecedência necessária para atender ao limite de horário de compensação do banco que o candidato irá se utilizar para efetuar o pagamento, para que seja possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo registrado na guia de pagamento.
- 5.9 O Instituto AOCF, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no cronograma deste edital. Efetivada a inscrição, em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de devolução dos valores pagos a título de inscrição do certame, salvo nas hipóteses de adiamento, anulação ou revogação do concurso, na forma do art. 22, parágrafo único, da Lei Estadual Nº 19.587/2017.
- 5.9.1 A Secretaria de Estado da Administração de Goiás – SEAD e o Instituto AOCF não se responsabilizam: por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas, no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.9.2 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em PIX, depósito ou transferência bancária, tampouco as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.
- 5.10 Quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição, caberá interposição de recurso, protocolado em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, **no período das 09h00min. do dia 13/06/2022 até as 23h59min. do dia 15/06/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

6. DA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA CANDIDATA LACTANTE

6.1 Da solicitação de condição especial para a realização da Prova Objetiva:

6.1.1 O candidato que necessitar de condição especial durante a realização da Prova Objetiva.

6.1.2 Para solicitar condição especial, o candidato deverá:

6.1.2.1 no ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição, ou no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, quais os recursos especiais necessários;

6.1.2.1.1 caso o candidato necessite de uma condição especial não prevista no Formulário de Solicitação de Inscrição, como uso de objetos, dispositivos ou próteses, deverá requerer através do campo **Condições Especiais Extras**, disponível no Formulário de Solicitação de Inscrição, ou no Formulário de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, descrevendo os recursos especiais necessários para a realização das provas e enviar o Laudo Médico que ateste a(s) condição(ões) especial(is) necessária(s), obedecidos ao critério e o prazo previstos no subitem 6.3. A solicitação da condição especial poderá ser atendida, obedecendo aos critérios previstos no subitem 6.4;

6.1.2.2 enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital;

6.1.2.2.1 o **laudo médico** deverá: ser original ou cópia autenticada; estar redigido em letra legível, com citação do nome por extenso do candidato, com carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua

emissão; com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença–CID, justificando a condição especial solicitada. Somente serão considerados os laudos médicos **emitidos nos últimos 06 (seis) meses** anteriores ao último dia de inscrição. **O(a) candidato(a) deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e CPF.**

6.2 Da candidata lactante:

- 6.2.1 A candidata lactante, com filhos de até 6 (seis) meses de vida quando da prova, que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da prova, deverá:
- 6.2.1.1 solicitar essa condição indicando claramente, no Formulário de Solicitação de Inscrição ou Isenção, a opção **amamentando (levar acompanhante)**;
- 6.2.1.2 enviar certidão de nascimento do lactente (cópia simples), ou laudo médico (original, ou cópia autenticada) que ateste essa necessidade, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital.
- 6.2.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, ainda, levar um acompanhante maior de idade (ou seja, com no mínimo, 18 anos), sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local. Em hipótese alguma será permitida a entrada do lactente ou do acompanhante após o fechamento dos portões do local de prova.
- 6.2.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 17 deste Edital, durante a realização da prova do certame.
- 6.2.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período, não excedendo à 1 (uma) hora, conforme estabelecido na Lei Nº 19.587/2017.
- 6.3 Os documentos referentes às disposições dos subitens 6.1.2, 6.1.3.1.1, 6.1.3.2, 6.1.4 e 6.2.1.2 deste Edital deverão ser enviados, no período das **09h00min. do dia 04/05/2022 às 23h59min. do dia 07/06/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do link **Envio de Laudo Médico e Documentos (condição especial para prova)**, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br em **arquivos salvos nos formatos PNG, JPG, JPEG ou PDF**.
- 6.3.1 O candidato, ao optar pelo envio de arquivo em **PDF**, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação de condição especial.
- 6.4 O envio dessa solicitação não garante ao candidato a condição especial. A solicitação será deferida ou indeferida pelo Instituto AOCF, após criteriosa análise, obedecendo aos critérios de viabilidade e razoabilidade.
- 6.5 O envio da documentação incompleta, fora do prazo definido no subitem 6.3, ou por outra via diferente da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.
- 6.5.1 O Instituto AOCF não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.
- 6.6 O Instituto AOCF não se responsabiliza por documentação não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 6.7 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br a partir da data provável de **10/06/2022**. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, no período das **09h00min. do dia 13/06/2022 até as 23h59min. do dia 15/06/2022**, observado horário oficial de Brasília/DF.

7. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

- 7.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br na data provável de **10/06/2022**.
- 7.2 No edital de deferimento das inscrições, constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência e dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização da prova.
- 7.3 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br no período das **09h00min. do dia 13/06/2022 até as 23h59min. do dia 15/06/2022**, observado o horário oficial de Brasília/DF.
- 7.4 O Instituto AOCF, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público, a qual decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.

8. DAS FASES DO CONCURSO

- 8.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

TABELA 8.1

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
Cadete – Polícia	1ª	Prova objetiva -	Língua Portuguesa	10	01	15	Eliminatório e

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
Militar	1ª	Conhecimentos Gerais	Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás	05	02	70	Classificatório
			Prova Objetiva – Conhecimentos Específicos	Direito Penal			
		Direito Constitucional		06			
		Direito Processual Penal		05			
		Direito Administrativo		06			
		Direito Penal Militar		04			
		Direito Processual Penal Militar		04			
		Legislação Extravagante	05				
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			50	-----	85	
	Prova Discursiva			01	25	25	
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			-----	-----	110	
	2ª	Avaliação Física					
3ª	Avaliação Médica e Odontológica						Eliminatório
4ª	Avaliação Psicológica						Eliminatório
5ª	Avaliação da Vida Progressiva e Investigação Social						Eliminatório

TABELA 8.2

NÍVEL SUPERIOR										
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER			
2º Tenente QOS (Médico/Odontólogo/Psicólogo)	1ª	Prova objetiva - Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	08	01	10	Eliminatório e Classificatório			
			Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás	02						
		Prova Objetiva – Conhecimentos Específicos	Por Especialidade	40				02	80	
		TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS						50	-----	90
		Prova Discursiva						01	25	25
		TOTAL MÁXIMO DE PONTOS						-----	-----	115
	2ª	Avaliação Física						Eliminatório		
	3ª	Avaliação Médica e Odontológica						Eliminatório		
	4ª	Avaliação Psicológica						Eliminatório		
	5ª	Avaliação da Vida Progressiva e Investigação Social						Eliminatório		

- 8.3 Os conteúdos programáticos referentes à Prova Objetiva e Discursiva são os constantes do Anexo II deste Edital.
- 8.3.1 A Prova Discursiva será composta por 1 (uma) questão de conhecimento específico, conforme Anexo II deste Edital.
- 8.4 A Prova Objetiva será composta de **50 (cinquenta) questões para o cargo de Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente – Polícia Militar**, as questões serão distribuídas por áreas de conhecimento. Cada questão da Prova Objetiva terá 5 (cinco) alternativas, com apenas 1 (uma) alternativa correta, pontuadas conforme a Tabela do item 8.1 para **o cargo de Cadete – Polícia Militar** e Tabela do item 8.2 para **o cargo de 2º Tenente – Polícia Militar**. Será atribuída pontuação 0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
- 8.5 **Para não ser eliminado na Prova Objetiva e permanecer no certame, o candidato deverá, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital:**
- a) obter rendimento igual ou superior 60% (sessenta por cento) do valor total da Prova Objetiva;**
- b) para o cargo de Cadete** não obter 0 (zero) pontos em nenhuma das áreas de conhecimento;
- c) para o cargo de 2º Tenente** não obter 0 (zero) pontos nas áreas de conhecimento, exceto Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás.
- 8.6 No caso de haver mais de um candidato no último lugar, com o mesmo somatório de pontos na Prova Objetiva, todos eles serão classificados para a correção da prova Discursiva não importando o número.
- 8.7 Os candidatos que não forem classificados nas provas objetivas e discursivas, de acordo com os itens anteriores,

estarão eliminados do certame e não terão nenhuma classificação.

9. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA.

- 9.1 **A Prova Objetiva e discursiva será aplicada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás**, podendo ser aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do município.
- 9.2 O Instituto AOCPC poderá utilizar sala(s) existentes e/ou extra(s) nos locais de aplicação da prova, alocando ou remanejando candidatos para essa(s), conforme as necessidades.
- 9.3 As Provas Objetivas e Discursivas serão aplicadas na data provável de **17 de Julho de 2022 para o cargo de Cadete – Polícia Militar** e data provável de **24 de Julho de 2022 para o cargo de 2º Tenente QOS (médico/odontólogo/psicólogo)**, em horário e local a serem informados através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.institutoaocpc.org.br e no **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**.
- 9.3.1 O horário de início das provas será o mesmo, ainda que realizada em diferentes locais.
- 9.3.2 Havendo alteração da data prevista, das provas poderá ocorrer em domingos ou feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.
- 9.4 O **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO** com o local de prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.institutoaocpc.org.br a partir de **11 de Julho de 2022 para o cargo de Cadete – Polícia Militar** e a partir de **18 de Julho de 2022 para o cargo de 2º Tenente QOS (médico/odontólogo/psicólogo)**.
- 9.4.1 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
- 9.5 O local de realização das provas, constante no CARTÃO DE INFORMAÇÃO, divulgado conforme subitens anteriores, não será alterado em hipótese alguma a pedido do candidato.
- 9.6 O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 1 (uma) hora** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto** e o Cartão de Informação do Candidato, impresso através do endereço eletrônico www.institutoaocpc.org.br.
- 9.6.1 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto nos termos da Lei nº 9.503, art. 159, de 23/9/97, carteira de reservista com foto ou certificado de dispensa com foto.
- 9.6.2 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização das Provas Objetiva e Discursiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 9.6.3 Não serão aceitos como documentos de identidade protocolos de solicitação de documentos, certidões de nascimento e de casamento, títulos eleitorais, carteiras funcionais sem valor de identidade, Carteira de Habilitação sem foto, documento digital acessado de forma on-line, carteira de estudante, Carteiras de Agremiações Desportivas, fotocópias dos documentos de identidade, ainda que autenticadas, bem como documentos ilegíveis e/ou não identificáveis.
- 9.7 Não haverá segunda chamada para as Provas Objetiva e Discursiva, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.
- 9.8 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.
- 9.9 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
- 9.9.1 realizar as provas sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;**
- 9.9.2 realizar as provas sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;
- 9.9.3 ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;
- 9.9.4 realizar as provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados;
- 9.9.5 comunicar-se com outros candidatos durante a realização das provas;
- 9.9.6 portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no item 17 deste Edital;
- 9.9.7 em toda e quaisquer dependências físicas onde será realizada as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item 17 deste edital. É expressamente proibida a realização de qualquer tipo de imagem, por qualquer meio eletrônico, do local de prova, por parte do candidato, cabendo ao Instituto AOCPC a aplicação da penalidade devida.
- 9.10 O Instituto AOCPC recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados no item 17 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar alguns desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pelo Instituto AOCPC e conforme o previsto neste Edital. **Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares antes do acondicionamento no envelope, garantindo, assim, que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.**
- 9.11 O Instituto AOCPC não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos pertencentes aos candidatos, tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da
- 9.12 Não será permitida entrada de candidatos no local de realização da prova portando armas. O Instituto AOCPC não efetuará a guarda de nenhum tipo de arma do candidato.**
- 9.13 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da Prova Objetiva e Discursiva, salvo o previsto no subitem 6.2.2 deste Edital.
- 9.14 O Instituto AOCPC poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos, bem como utilizar detectores de metais.
- 9.15 Ao terminar as Provas Objetiva e Discursiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala sua Folha de

Respostas e Folha da Versão Definitiva da prova Discursiva devidamente preenchidas e assinadas.

- 9.16 Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas ou da Folha da Versão Definitiva por erro do candidato.**
- 9.16.1 O candidato deverá transcrever as respostas da Prova Objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas na mesma e na capa do caderno de questões.
- 9.16.2 O candidato deverá assinalar as respostas das questões da Prova Objetiva na Folha de Respostas, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta.
- 9.16.3 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato, tais como marcação rasurada, marcação não preenchida integralmente, marcações feitas a lápis, ou qualquer outro tipo diferente da orientação contida na Folha de Respostas ou na capa do caderno de questões.**
- 9.16.4 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.
- 9.16.5 A Prova Discursiva deverá ser feita com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta, com grafia legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato, quando da correção pela banca examinadora, obedecidos, ainda, os demais critérios previstos no item 11.
- 9.17 Após identificado e acomodado na sala, o candidato somente poderá ausentar-se da mesma **60 (sessenta) minutos após o início da prova**, acompanhado de um fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários e necessidade extrema, em que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos **60 (sessenta) minutos** iniciais da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um fiscal.
- 9.18 O candidato poderá entregar sua Folha de Respostas da Prova Objetiva e Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva e deixar definitivamente o local de realização das provas somente após decorridos, no mínimo, **90 (noventa) minutos** do seu início, porém não poderá levar consigo o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- 9.19 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas de Respostas e as Folhas da Versão Definitiva e assinarem o termo de fechamento do envelope, no qual serão acondicionadas todas as Folhas de Respostas e as Folhas da Versão Definitiva da sala.
- 9.20 O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 3h30min (três horas e trinta minutos) após o início da prova, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal da sala sua Folha de Respostas e Folha da Versão Definitiva devidamente preenchida e assinada.**
- 9.21** A Prova Objetiva e Discursiva terá a **duração de 05 (cinco) horas**, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas e da Folha da Versão Definitiva. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
- 9.22 O espelho da Folha de Respostas e da Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva do candidato será divulgado no endereço eletrônico do Instituto AOCB www.institutoaocb.org.br na mesma data da divulgação do resultado das Provas, ficando disponível para consulta durante o prazo recursal.
- 9.23 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será distribuída e avaliada conforme a Tabela do item 8 deste Edital.
- 9.24 A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será avaliada conforme a normativa do item 11 deste Edital.
- 9.25 Durante a realização da prova objetiva e discursiva serão verificados os documentos pessoais do candidato sendo eliminado do certame o candidato que não comprovar a idade conforme previsto no subitem 3.1.9 e 3.2.10 deste Edital.

10. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

- 10.1 O **gabarito preliminar e o caderno de questões da Prova Objetiva** serão divulgados 1 (um) dia após a aplicação da Prova Objetiva, no endereço eletrônico www.institutoaocb.org.br.
- 10.2 Quanto ao gabarito preliminar e o caderno de questões divulgados, caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 18 deste Edital.

11. DA PROVA DISCURSIVA

- 11.1 A Prova Discursiva será realizada para os cargos de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente QOS (Médico/Odontólogo/Psicólogo) Polícia Militar**, juntamente à Prova Objetiva.
- 11.1.1 Somente será corrigida a Prova Discursiva do candidato que obtiver a pontuação estabelecida no subitem 8.5 e que estiver classificado na Prova Objetiva até o limite disposto na Tabela 11.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
- 11.1.2 Todos os candidatos empatados com o último colocado na prova objetiva, dentre o limite disposto na Tabela 11.1, terão sua Prova Discursiva corrigida.
- 11.1.3 Os candidatos não classificados dentro do número máximo estabelecido na Tabela 11.1, ainda que tenham a nota mínima prevista no subitem 8.5, estarão automaticamente desclassificados no Concurso Público.

TABELA 11.1

Cargo	Código do Cargo	Oficial	Classificação máxima para correção da Prova	Classificação máxima para correção da Prova
-------	-----------------	---------	---	---

			Discursiva Vagas Masculina	Discursiva Vagas Feminina
Cadete	401	Cadete	180	20
	TOTAL		200	
Cargo	Código do Cargo	Oficial Médico	Ampla concorrência	
2º Tenente QOS – Oficial Médico	402	Clínica Médica	16	
	403	Cardiologia	08	
	404	Pediatria	04	
	405	Ginecologia/Obstetrícia	04	
	406	Pneumologia	02	
	407	Endocrinologia	06	
	408	Gastroenterologia	04	
	409	Ortopedia	04	
	410	Médico do trabalho / Perícia Médica	02	
	411	Reumatologia	02	
	412	Cirurgia Geral	02	
	413	Dermatologia	02	
	414	Psiquiatria	08	
	415	Neurologia	02	
	TOTAL		66	
Cargo	Código do Cargo	Oficial Médico	Ampla concorrência	
2º Tenente QOS – Oficial Odontológico	416	Odontologia Clínica	20	
	417	Endodontia	04	
	418	Cirurgia Bucomaxilofacial	02	
	TOTAL		26	
Cargo	Código do Cargo	Oficial Médico	Ampla concorrência	
2º Tenente QOS – Oficial Psicólogos	419	Psicologia	08	
TOTAL		08		

- 11.2 A Prova Discursiva será composta por 01 (uma) questão de Conhecimentos Específicos, conforme Anexo II – dos Conteúdos Programáticos.
- 11.2.1 A correção da Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada por Banca Corretora, conforme os critérios estabelecidos na Tabela 11.2, cuja pontuação máxima será de 25 (vinte e cinco) pontos. **O candidato deverá atingir 60% (sessenta por cento) ou mais** do total da pontuação prevista para a Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
- 11.3 A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes na Tabela 11.2:

TABELA 11.2

QUESTÕES			
Aspectos		Descrição	Pontuação máxima
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	12
2	Atendimento ao tema proposto na questão.	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva. Assim, a cada critério não atendido em relação ao Aspecto 1 (Conhecimento técnico-científico sobre a matéria) a resposta receberá os respectivos descontos no Aspecto Atendimento ao tema.	06
3	Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 3, "Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão", também será pontuado com nota 0 (zero).	03

4	Utilização adequada da Língua Portuguesa.	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, pontuação, regência e concordância (requisitos gramaticais), constituição adequada dos parágrafos conforme o assunto abordado, respeito às margens e legibilidade. Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos aspectos 1 e 2, o de nº 4, "Utilização adequada da Língua Portuguesa", também será pontuado com nota 0 (zero).	04
TOTAL DE PONTOS PARA CADA QUESTÃO			25

- 11.5 A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.
- 11.6 O candidato disporá de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) linhas, e no máximo, 40 (quarenta) linhas para elaborar a resposta da questão da Prova Discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 40 (quarenta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.
- 11.6.1 A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- 11.7 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará descontos na pontuação atribuída ao candidato.
- 11.8 O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.
- 11.9 O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:
- não atender ao Tema proposto e ao conteúdo avaliado;
 - manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
 - apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - não apresentar a questão redigidas na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
 - não redigir o número mínimo de linhas previsto no subitem 11.6.
- 11.9.1 Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas, previstos no subitem 11.6, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.
- 11.10 A sigilosidade e a impessoalidade da prova serão mantidas durante o processo de correção, resguardando do corretor (banca corretora) a identidade do candidato.
- 11.10.1 Para a correção da Prova Discursiva, a Folha da Versão Definitiva será digitalizada e a identificação do candidato omitida, para somente então ser disponibilizada para a correção através de um ambiente eletrônico.
- 11.10.2 Na Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva, constará no rodapé a seguinte informação ao candidato: "Para correção, esta folha será digitalizada e a identificação do candidato será omitida".
- 11.11 Quanto ao resultado da Prova Discursiva, caberá interposição de recurso nos termos do item 18 deste Edital.
- 11.12 A classificação dos candidatos nessa fase, com base no somatório das notas das provas objetivas e discursivas, será divulgada no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.

12. DO TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA

- 12.1 Os Testes de Avaliação Física será realizada para os cargos de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente QOS (Médicos/Odontólogos/Psicólogos)**, na cidade de Goiânia/GO.
- 12.1.1 Somente será convocado para participar desta fase o candidato que: obtiver a pontuação estabelecida no item 8.5 e 11.2.
- 12.1.2 Todos os candidatos empatados com o último colocado nas Provas Objetiva e Discursiva serão convocados para os Testes de Avaliação Física.
- 12.2 A Avaliação Física é de caráter eliminatório, e o candidato será considerado APTO ou INAPTO, sendo eliminado do certame o candidato considerado INAPTO.**
- 12.2.1 Os testes que compõem a Avaliação Física serão os seguintes: Tração na barra; Flexão de braços; Abdominal *Curl up*; Corrida de 12 (doze) minutos e Natação de 25 (vinte e cinco) metros, conforme descrito nas Tabelas 12.3 e 12.4.
- 12.2.1.1 Os testes físicos serão realizados em 1 (um) único dia para o mesmo candidato, podendo ser realizado em vários dias de acordo com o quantitativo de candidatos e capacidade do local de prova, sendo: Tração na barra; Flexão de braços; Abdominal *Curl up*; Corrida de 12 (doze) minutos e natação nesta ordem.
- 12.2.2 **Será considerado "apto" o candidato que obtiver média aritmética simples final igual ou superior a 5 (cinco) pontos**, sendo reprovado aquele que não alcançar tal pontuação mínima, ou que deixar de pontuar em qualquer dos testes que compõem a Avaliação Física, ou ainda, ser considerado reprovado na prova de natação.
- 12.2.3 Não será dada 2ª chance a qualquer dos candidatos para realização dos testes que compõem a Avaliação Física, não importando o motivo alegado.
- 12.3 O local, a data e o horário da Avaliação Física, assim como normas complementares pertinentes, serão oportunamente divulgados em Edital de convocação para realização da Avaliação Física.**

- 12.3.1 O candidato que não comparecer ao local da avaliação, no horário determinado para o início de sua realização, será automaticamente excluído do concurso.
- 12.3.2 Orienta-se, ainda, aos candidatos, que não será permitida a entrada e permanência de candidatos fora do seu horário de convocação, bem como de terceiros (acompanhantes), durante todo o período de realização da Avaliação Física, em quaisquer dependências do local de realização da fase.
- 12.4 Os candidatos deverão comparecer ao local da avaliação com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de:**
- a) documento oficial de identificação com foto (original);**
b) roupa apropriada para prática de atividades físicas;
c) atestado médico original ou cópia autenticada em cartório, emitido com, no máximo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência à data de realização dos testes. O atestado médico deverá ser original ou cópia autenticada, expedido por **Cardiologista**, ao candidato, em papel timbrado e estar redigido em letra legível, com citação do nome por extenso do candidato, com carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão.
- 12.4.1 No atestado médico deverá constar, expressamente, que o candidato está apto a realizar esforço físico sem restrições, levando em consideração os exercícios a serem realizados no Teste de Avaliação Física prevista neste Edital.
- 12.4.2 O candidato que deixar de apresentar o atestado médico, ou que apresentar atestado médico onde não conste expressamente que o candidato está apto a realizar a Avaliação Física, ou a realizar esforço físico sem restrição, será impedido de realizar os testes, sendo, conseqüentemente, eliminado do certame.**
- 12.4.3 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto nos termos da Lei Nº 9.503, art. 159, de 23/9/97, carteira de reservista com foto ou certificado de dispensa com foto.
- 12.4.4 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da Avaliação Física e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 12.4.5 Não serão aceitos como documentos de identidade protocolos de solicitação de documentos, certidões de nascimento e de casamento, títulos eleitorais, carteiras funcionais sem valor de identidade, Carteira de Habilitação sem foto, documento on-line, carteira de estudante, Carteiras de Agremiações Desportivas, fotocópias dos documentos de identidade, ainda que autenticadas, bem como documentos ilegíveis e/ou não identificáveis.
- 12.4.6 Não será permitida entrada de candidatos no local de realização da prova portando armas. O Instituto AOCF não efetuará a guarda de nenhum tipo de arma do candidato.**
- 12.5 A Avaliação Física realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.
- 12.5.1 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (período menstrual, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas, etc) que impossibilitem a realização dos testes ou diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
- 12.5.2 O candidato que vier a se acidentar, sofrer de mal súbito ou lesão muscular, em qualquer um dos esforços da Avaliação Física, e não tiver condição de continuar, estará automaticamente eliminado no Concurso Público.
- 12.5.3 Ao final de cada teste, independentemente da aprovação ou não, o candidato deverá assinar imediatamente a ficha contendo os dados relativos à sua performance.
- 12.5.4 No caso do candidato se recusar a assinar a sua ficha, serão convocadas duas testemunhas, as quais assinarão em substituição ao candidato que se recusou, registrando-se em relatório tal ocorrência.
- 13.5.5 Não haverá adaptação especial para realização do teste de aptidão física.
- 12.6 À candidata que comprovar gravidez é facultado:
- 12.6.1 realizar a prova física na data fixada pelo edital, caso se considere em condições físicas para isso;
- 12.6.2 requerer a realização de prova física em até 180 (cento e oitenta) dias após o parto ou término do período gestacional, sem prejuízo de sua participação nas demais fases do certame;
- 12.6.3 requerer a realização da prova física em até 30 (trinta) dias em casos de aborto ou feto natimorto. (Incluído pela Lei nº 19.587/2017).
- 12.6.4 As candidatas que não estiverem aptas a realizar a prova física nos prazos máximos previstos nos subíntes anteriores serão eliminadas do concurso.
- 12.7 O resultado da avaliação de cada esforço físico deverá ser informado ao candidato imediatamente após a sua realização.
- 12.8 A Avaliação Física será realizada e avaliada de acordo com o descrito nas Tabelas 12.3 e 12.4.**

TABELA 12.3

RELAÇÃO E PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO FÍSICA				
CARGOS: SOLDADO DE 2ª CLASSE POLÍCIA MILITAR – COMBATENTE E MÚSICO				
MASCULINA				
Tração na barra fixa	Flexão de Braços	Abdominal <i>Curl-up</i>	Corrida de 12 minutos	PONTOS
02	20	40	2000m	0,0
03	22	42	2100m	1,0
04	24	44	2200m	2,0
05	26	46	2300m	3,0

06	28	48	2400m	4,0
07	30	50	2500m	5,0
08	32	52	2600m	6,0
09	34	54	2700m	7,0
10	36	56	2800m	8,0
11	38	58	2900m	9,0
12	40	60	3000m	10,0
PROVA DE NATAÇÃO				
Nado livre	Tempo	Parecer		
25 metros	Livre	Apto/Inapto		

TABELA 12.4

RELAÇÃO E PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO FÍSICA				
CARGOS: SOLDADO DE 2ª CLASSE POLÍCIA MILITAR – COMBATENTE E MÚSICO				
FEMININA				
Tração na barra Isometria	Flexão de Braços	Abdominal <i>Curl-up</i>	Corrida de 12 minutos	PONTOS
20"	20	34	1600m	0,0
25"	22	36	1700m	1,0
30"	24	38	1800m	2,0
35"	26	40	1900m	3,0
40"	28	42	2000m	4,0
45"	30	44	2100m	5,0
50"	32	46	2200m	6,0
55"	34	48	2300m	7,0
1'00"	36	50	2400m	8,0
1'05"	38	52	2500m	9,0
1'10"	40	54	2600m	10,0
PROVA DE NATAÇÃO				
Nado livre	Tempo	Parecer		
25 metros	Livre	Apto/Inapto		

12.8.1 O candidato terá apenas uma tentativa para realizar cada um dos testes previstos nas Tabelas 12.3 e 12.4.

12.9 Descrição da realização dos testes de avaliação física

12.9.1 – Do teste Tração na Barra Fixa (para os candidatos do sexo masculino):

12.9.1.1 A metodologia para a preparação e execução do teste de tração na barra fixa em pronação (palmas das mãos para frente) e os braços estendidos e perde contato com o solo (pés fora do chão), obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Posição inicial: o candidato posiciona-se embaixo da barra, à frente do examinador. Ao comando de “em posição”, o candidato tomará posição na barra com empunhadura em pronação, mantendo os braços completamente estendidos, com o corpo na posição vertical, pernas estendidas e pés sem contato com o solo.

b) Execução: ao comando de autorização do avaliador, o candidato flexionará simultaneamente os cotovelos até ultrapassar com o queixo a parte superior da barra. Em seguida, voltará à posição inicial pela extensão completa dos braços. O corpo deve permanecer na posição vertical durante o exercício.

12.9.1.2 A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

a) o teste somente será iniciado com o candidato na posição completamente vertical de todo o corpo e após o comando de autorização dado pelo fiscal da banca;

b) a largura da pegada deve ser aproximadamente a dos ombros;

c) só será contada a repetição realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;

d) cada execução começa e termina com os cotovelos totalmente estendidos e os pés acima do solo – somente neste momento será contada como uma execução completa e correta. A não extensão total dos cotovelos, antes do início de uma nova execução, será considerado um movimento incorreto, o qual não será computado no desempenho do candidato;

e) para evitar que os candidatos mais altos toquem os pés no solo, será permitida, somente neste caso, a flexão dos joelhos;

f) o movimento deve ser dinâmico, ou seja, o candidato não pode parar para “descansar”.

12.9.1.3 Será proibido ao candidato, quando da realização do teste de barra fixa:

a) tocar com o(s) pé(s) no solo ou em qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções;

b) após a tomada de posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;

c) utilizar luvas ou qualquer outro artifício para a proteção das mãos;

d) apoiar o queixo na barra;

- e) não será permitido o impulso provocado pelas pernas ou pelos músculos abdominais (“keep”, “pedalada”, “galeio”, etc.);
- f) estender o pescoço, em vez de ultrapassar o queixo em relação à barra com movimento exclusivo de membros superiores;
- g) após ultrapassar o queixo em relação à barra, simplesmente soltar as mãos, em vez de completar o movimento com os cotovelos totalmente estendidos.
- 12.9.1.4O** fiscal da banca contará em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o esforço não atender ao previsto neste edital, o fiscal da banca repetirá o número do último realizado de maneira correta.
- 12.9.1.5A** contagem que será considerada oficialmente será somente a realizada pelo integrante da banca examinadora.
- 12.9.1.6A** pontuação obtida nesse teste será computada conforme previsto na Tabela 12.3.
- 12.9.2 Do teste Tração na Barra Isometria (para as candidatas do sexo feminino):**
- 12.9.2.1A** metodologia para a preparação e execução do teste de tração na barra isometria em pronação (palmas das mãos para frente), os braços estendidos e com perda de contato com o solo (pés fora do chão), obedecerá aos seguintes aspectos:
- a) Posição inicial: após o comando de autorização do avaliador, a candidata do sexo feminino deverá manter-se em sustentação isométrica em pronação, braços estendidos e a largura da pegada deve ser aproximadamente a dos ombros. Podendo fazer uso de suporte, cadeira ou plataforma somente para atingir essa posição.
- b) Execução: depois de tomada a posição inicial pela candidata, após o comando de autorização do avaliador, estando ela pendurada somente pelas mãos, em pronação, o avaliador da prova iniciará imediatamente a cronometragem do tempo, devendo a candidata permanecer na posição descrita na Posição inicial.
- 12.9.2.2O** avaliador cessará a contagem do tempo no instante em que a candidata não permanecer na posição descrita na posição inicial, largar da barra ou atingir o tempo máximo na tabela de pontuação.
- 12.9.2.3** Será proibido à candidata, quando da realização do teste de isometria em barra fixa:
- a) tocar com o(s) pé(s) o solo ou qualquer parte de sustentação da barra após o início da cronometragem, sendo permitida, se necessária, a flexão de joelhos para evitar o toque no solo;
- b) após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
- c) utilizar luvas ou qualquer outro artifício para proteção das mãos;
- 12.9.2.4O** desempenho da candidata, até o momento da interrupção, será considerado como índice do respectivo teste.
- 12.9.2.5A** contagem que será considerada oficialmente será somente a realizada pelo integrante da banca examinadora.
- 12.9.2.6A** pontuação do teste em barra fixa, para as candidatas do sexo feminino, será atribuída conforme previsto na Tabela 12.4.
- 12.9.3 Flexão de Braço Sobre o Solo em Quatro Apoios (para candidatos do sexo masculino):**
- 12.9.3.1A** metodologia para a preparação e execução do teste de flexão de braço sobre o solo em quatro apoios obedecerá aos seguintes aspectos:
- a) Posição inicial: após o comando de autorização do avaliador, o candidato deverá posicionar-se de frente para o solo, braços paralelos estendidos perpendicularmente sobre o solo, palma da mão sobre o solo e dedos apontados para frente, pernas estendidas e unidas, pés apoiados sobre o solo, em quatro apoios (pés e mãos).
- b) Execução: após o comando de autorização do avaliador, o candidato flexionará simultaneamente os braços, fazendo um ângulo de 90° dos braços com os antebraços, aproximando ao máximo o peito sobre o solo, sem encostá-lo. Em seguida, voltará à posição inicial estendendo novamente os braços. Cada movimento completo do esforço vale uma repetição.
- 12.9.3.2** Será proibido ao candidato, quando da realização do teste de flexão de braço sobre o solo:
- a) tocar o peito, tronco, quadril, coxas e/ou pernas sobre o solo;
- b) desfazer a posição reta do corpo durante a contagem;
- c) interromper o ritmo das flexões, com paradas para descanso.
- 12.9.3.3O** fiscal da banca contará em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o exercício não atender ao previsto neste edital, o fiscal da banca repetirá o número do último realizado de maneira correta.
- 12.9.3.4A** contagem que será considerada oficialmente será somente a realizada pelo integrante da banca examinadora.
- 12.9.3.5A** pontuação do teste de flexão de braço sobre o solo em quatro apoios, para os candidatos do sexo masculino, será atribuída conforme previsto na Tabela 12.3.
- 12.9.4 Flexão de Braço Sobre o Solo em Seis Apoios (para candidatas do sexo feminino):**
- 12.9.4.1A** metodologia para a preparação e execução do teste de flexão de braço sobre o solo em seis apoios obedecerá aos seguintes aspectos:
- a) Posição inicial: após o comando de autorização do avaliador, a candidata posiciona-se de frente para o solo, braços paralelos estendidos perpendicularmente sobre o solo, palma da mão sobre o solo e dedos apontados para frente, corpo em equilíbrio e sustentado horizontalizado, pernas estendidas e unidas, ponta dos pés unidas e apoiadas sobre o solo, joelhos tocando o solo, em seis apoios (pés, joelhos e mãos).
- b) Execução: após o comando de autorização do avaliador, a candidata flexionará simultaneamente os braços, fazendo um ângulo de 90° dos braços com os antebraços, aproximando ao máximo o peito sobre o solo, sem encostá-lo. Em seguida, voltará à posição inicial estendendo novamente os braços. Cada movimento completo do esforço vale uma repetição.
- 12.9.4.2** Será proibido à candidata, quando da realização do teste de flexão de braço sobre o solo:
- a) tocar o peito, tronco, quadril e/ou coxas sobre o solo;
- b) o quadril não deve ser alçado (quadril para o alto) nem selado (quadril para baixo);
- c) interromper o ritmo das flexões, com paradas para descanso.
- 12.9.4.3O** fiscal da banca contará em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o esforço não atender ao previsto

neste edital, o fiscal da banca repetirá o número do último realizado de maneira correta.

12.9.4.4A contagem que será considerada oficialmente será somente a realizada pelo integrante da banca examinadora.

12.9.4.5A pontuação do teste de flexão de braço sobre o solo em seis apoios, para as candidatas do sexo feminino, será atribuída conforme previsto na Tabela 12.4.

12.9.5 Da Abdominal *Curl-Up* (para ambos os sexos):

12.9.5.1A metodologia para a preparação e execução do abdominal *curl-up* obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Posição inicial: após o comando de autorização do avaliador, o candidato(a) deitará em solo (colchonete), mantendo os braços cruzados sobre o peito e as mãos apoiadas nos ombros e as pernas flexionadas.

b) Execução: após o comando de autorização do avaliador, o candidato(a) realizará a flexão abdominal, mantendo os braços cruzados sobre o peito e as mãos apoiadas nos ombros, as pernas flexionadas e os pés fixados em ponto de apoio, podendo ser o apoio do próprio avaliador, promovendo a retirada das escapulas do solo, até que o tronco forme um ângulo de aproximadamente 45° (quarenta e cinco graus) em relação ao solo. Em seguida, retorna-se à posição inicial. Cada movimento completo do exercício vale uma repetição.

12.9.5.2 Será proibido o candidato (a), quando da realização do teste do abdominal *curl-up*:

a) suspensão do quadril para execução;

b) encostar no joelho para realização da abdominal *curl-up*;

c) interromper o ritmo das abdominais, com paradas para descanso.

12.9.5.3O fiscal da banca contará em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o esforço não atender ao previsto neste edital, o fiscal da banca repetirá o número do último realizado de maneira correta.

12.9.5.4A contagem que será considerada oficialmente será somente a realizada pelo integrante da banca examinadora.

12.9.5.5A pontuação do teste do abdominal *curl-up*, para candidatos do sexo feminino e masculino, será atribuída conforme o previsto nas Tabelas 12.3 e 12.4.

12.9.6 Da Corrida de Doze Minutos (para ambos os sexos):

12.9.6.1 Cada candidato terá o prazo de doze minutos para percorrer a distância mínima exigida. A corrida será realizada em local com identificação da metragem ao longo do trajeto, com intervalos de metragem devidamente sinalizada na pista.

12.9.6.2 A metodologia para a preparação e a execução do teste de corrida de doze minutos para os candidatos dos sexos masculino e feminino obedecerão aos seguintes critérios:

a) Os candidatos poderão durante os doze minutos, deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo, inclusive, parar e depois prosseguir;

b) Os comandos para iniciar e terminar o teste serão dados por um silvo de apito;

c) Não será informado o tempo que restar para o término da corrida, mas o candidato poderá utilizar relógio para controlar o seu tempo;

d) Após soar o apito encerrando o teste, o candidato deverá permanecer no local onde estava naquele momento e aguardar a presença do fiscal que aferirá precisamente a metragem percorrida, podendo continuar a correr ou caminhar no sentido transversal da pista (lateralmente), no ponto em que se encontravam quando soou o apito de término da prova.

12.9.6.3 A correta realização do teste de corrida de doze minutos levará em consideração as seguintes observações:

a) O tempo oficial da corrida será controlado por relógio do avaliador da prova, sendo o único que servirá de referência para o início e término deste teste;

b) Orienta-se que, após o apito que indica o término do teste, os candidatos não parem bruscamente a corrida, evitando terem um mal súbito e que continuem a correr ou caminhar no sentido transversal da pista (lateralmente), no ponto em que se encontravam quando soou o apito de término da prova;

c) A distância percorrida pelos candidatos, a ser considerada oficialmente, será somente a aferida pela banca examinadora.

12.9.6.4 Será proibido aos candidatos, quando da realização do teste de corrida de 12 minutos:

a) Dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão etc.);

b) Deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, após o soar do apito encerrando a prova;

c) Não aguardar a presença do fiscal que aferirá precisamente a metragem percorrida;

d) Abandonar a pista antes da liberação do fiscal.

12.9.6.5A pontuação da corrida será estabelecida conforme o previsto nas Tabelas 12.3 e 12.4.

12.9.7 Da Natação (25 m para ambos os sexos):

12.9.7.1 O teste de natação de 25 metros será realizado em piscina e a metodologia para a preparação e a execução do teste de natação para os candidatos do sexo masculino e feminino será constituída de:

a) após o comando de autorização do avaliador, o candidato deverá posicionar-se em pé, dentro da piscina, aguardando a autorização do avaliador;

b) ao comando da banca examinadora, emitido por sinal sonoro, o candidato deverá iniciar o deslocamento na piscina e nadar 25 metros em nado livre;

c) na virada, será permitido ao candidato tocar a borda e impulsionar-se na parede (borda) – isso ocorrerá somente quando o comprimento da piscina for menor que 25 metros;

d) a chegada dar-se-á quando o candidato tocar, com qualquer parte do corpo, a borda de chegada.

12.9.7.2 Será proibido ao candidato, quando da realização do teste de natação:

a) apoiar-se ou se impulsionar na borda lateral, na parede lateral ou na raia;

b) parar de nadar durante o teste, exceto quando houver necessidade de tocar a borda para continuar a nadar;

c) dar ou receber qualquer ajuda física;

d) utilizar qualquer acessório que facilite o ato de nadar, exceto touca e óculos de natação.

12.9.7.3 Durante o teste de natação os candidatos do sexo feminino e masculino deverão percorrer a distância mínima de 25

metros.

12.9.7.4A avaliação nessa prova será estabelecida conforme o previsto nas Tabelas 12.3 e 12.4.

12.10 O Instituto AOCP será responsável pela coordenação e aplicação dos testes e filmará todos os esforços físicos executados pelos candidatos.

12.10.1 Não serão contabilizadas as repetições, de cada esforço, que forem executadas de forma incorreta, ou em inobservância de quaisquer das regras de execução, devendo o fiscal de prova avisar o candidato para correção. O esforço será interrompido caso ocorra quaisquer das proibições descritas nos subitens anteriores, das execuções dos esforços, sendo atribuída pontuação equivalente a zero no teste, com consequente eliminação do concurso, conforme previsão do subitem 12.2.2.

12.10.2 A contagem oficial de tempo, de distância percorrida e do número de repetições efetuadas pelos candidatos em cada teste, será feita exclusivamente por membro da banca examinadora.

12.10.3 O candidato que, por qualquer motivo, interromper a execução de algum teste (salvo o previsto no subitem 12.9.6.2, alínea 'a', do teste de Corrida), não poderá retomar execução do mesmo. A pontuação a ser atribuída, até o momento da parada da execução do teste, será aquela prevista na Tabela 12.3 ou 12.4, conforme o caso.

12.11 O candidato deverá executar os esforços que compõem a Avaliação Física de acordo com o previsto no item 12 deste edital, e no vídeo de instruções, disponibilizado no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, até o final do período de inscrições.

12.11.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, assinalar dentro da sua página de acompanhamento a confirmação da visualização do vídeo com as instruções dos testes de Avaliação Física.

12.12 Se, durante a realização da Avaliação Física, houver problemas técnicos, operacionais ou relacionados a fenômenos da natureza, devidamente constatados pela coordenação, que impeçam a realização da avaliação em condições normais de prova, o Instituto AOCP poderá suspender tais atividades e marcar nova(s) data(s) para continuidade da avaliação, informando aos candidatos por meio de Comunicado do Instituto AOCP, a ser divulgado no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.

12.13 Quanto ao resultado da Avaliação Física, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 18 deste Edital.

13. A AVALIAÇÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA

13.1 A Avaliação Médica e Odontológica compreenderá a apresentação de exames laboratoriais e complementares, cuja relação consta no subitem 13.5 deste edital.

13.1.1 A Avaliação Médica e Odontológica será realizada para os cargos de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente (médicos/odontólogos/psicólogos)**, na cidade de Goiânia/GO, pelo Comando de Saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

13.1.2 Somente será convocado para participar desta fase o candidato que: obtiver a pontuação estabelecida no item 8.5 e 11.2.1, além de ter sido convocado e considerado Apto na Avaliação Física.

Tabela 13.1

Cargo	Código do Cargo	Oficial	Classificação máxima para realização da Avaliação Médica e Odontológica Vagas Masculina	Classificação máxima para realização da Avaliação Médica e Odontológica Vagas Feminina	Local de Prova
Cadete – Polícia Militar	401	Cadete	135	15	Goiânia
	TOTAL		150		
Cargo	Código do Cargo	Oficial	Classificação máxima para realização da Avaliação Médica e Odontológica		Local de Prova
2º Tenente QOS – Oficial Médico	402	Clínica Médica	12		Goiânia
	403	Cardiologia	06		
	404	Pediatria	03		
	405	Ginecologia/Obstetrícia	03		
	406	Pneumologia	02		
	407	Endocrinologia	05		
	408	Gastroenterologia	03		
	409	Ortopedia	03		
	410	Médico do trabalho / Perícia Médica	02		
	411	Reumatologia	02		
	412	Cirurgia Geral	02		
	413	Dermatologia	02		

	414	Psiquiatria	06	
	415	Neurologia	02	
	TOTAL		53	
Cargo	Código do Cargo	Oficial	Classificação máxima para realização da Avaliação Médica e Odontológica	Local de Prova
2º Tenente QOS – Oficial Odontológico	416	Odontologia Clínica	15	Goiânia
	417	Endodontia	03	
	418	Cirurgia Bucomaxilofacial	02	
	TOTAL		20	
Cargo	Código do Cargo	Oficial	Classificação máxima para realização da Avaliação Médica e Odontológica	Local de Prova
2º Tenente QOS – Oficial Psicólogo	419	Psicologia	06	Goiânia
	TOTAL		06	

- 13.2 A Avaliação Médica e Odontológica, de caráter eliminatório,** consistirá na realização de Exame Biométrico e Antropométrico, avaliação do estado de saúde e apresentação de exames pelo candidato. Destina-se a verificar, mediante exame físico e análise dos testes e dos exames complementares solicitados, doenças, sinais ou sintomas que inabilitem o candidato.
- 13.2.1 O candidato será avaliado como apto ou inapto na Avaliação Médica e Odontológica, sendo eliminado o candidato considerado inapto.
- 13.2.2 A Avaliação Médica e Odontológica será realizada de acordo com o Anexo III – Condições Incapacitantes estipuladas pela Portaria 8684/2016 – PMGO.
- 13.3 Os candidatos convocados para a Avaliação Médica e Odontológica deverão arcar com as despesas de realização dos exames, laudos e imagens descritos no subitem 13.5. Todos os exames, laudos e imagens solicitados, ficarão retidos pelo Comando de Saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás, quando da realização da avaliação.
- 13.3.1 Os exames, laudos e imagens complementares que, porventura, sejam solicitados pela Junta Médica de Saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás, visando dirimir eventuais dúvidas e firmar diagnósticos mais precisos, também serão custeados pelo candidato.
- 13.3.2 O médico ou odontólogo que, ao examinar o candidato, necessitar de mais elementos para firmar seu posicionamento com relação ao resultado da Avaliação Médica e Odontológica, poderá solicitar novo exame regular previsto no Edital, ou complementar não previsto no Edital, como também avaliação de especialistas, realização de serviços dentários e/ou nova avaliação clínica, devendo o candidato entregar estas solicitações ou ser submetido à nova Avaliação Clínica no período máximo de até 7 (sete) dias corridos.
- 13.4 O local, a data e o horário da realização da Avaliação Médica e Odontológica, assim como normas complementares pertinentes, serão divulgados no Edital de convocação para esta fase.**
- 13.4.1 O candidato que não comparecer ao local da avaliação, no horário determinado para o início de sua realização, será automaticamente excluído do concurso.
- 13.4.2 Orienta-se, ainda, aos candidatos, que não será permitida a entrada e permanência de candidatos fora do seu horário de convocação, bem como de terceiros (acompanhantes), durante todo o período de realização da Avaliação Física, em quaisquer dependências do local de realização da fase.
- 13.4.3 Os candidatos deverão comparecer ao local da avaliação com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de:**
- a) documento oficial de identificação com foto (original);**
- 13.4.4 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto nos termos da Lei Nº 9.503, art. 159, de 23/9/97, carteira de reservista com foto ou certificado de dispensa com foto.
- 13.4.5 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da Avaliação Física e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 13.4.6 Não serão aceitos como documentos de identidade protocolos de solicitação de documentos, certidões de nascimento e de casamento, títulos eleitorais, carteiras funcionais sem valor de identidade, Carteira de Habilitação sem foto, documento on-line, carteira de estudante, Carteiras de Agremiações Desportivas, fotocópias dos documentos de identidade, ainda que autenticadas, bem como documentos ilegíveis e/ou não identificáveis.
- 13.4.7 Não será permitida entrada de candidatos no local de realização da Avaliação Médica e Odontológica portando armas. O Instituto AOCF não efetuará a guarda de nenhum tipo de arma do candidato.**
- 13.5 O candidato deverá apresentar, no dia da Avaliação Médica e Odontológica, os seguintes exames, obrigatoriamente acompanhados dos respectivos laudos:
- a) Raios “X”: tórax (PA e perfil); coluna vertebral (duas incidências) – cervical, dorsal e lombo-sacra.
- b) Exames laboratoriais (sangue): hemograma completo, Sorologia para TA, Hepatite B (HBSAG, ANTI-HBS), ANTI HCV, ANTI-HIV I e II, creatinina, glicemia de jejum, ALT (TGP) e AST (TGO), GAMA-GT, BHCG (específico para o sexo feminino);

- c) Urina I (EAS);
 - d) Eletroencefalograma;
 - e) Teste ergométrico;
 - f) Audiometria;
 - g) Radiografias odontológicas (recentes, até 06 meses): panorâmica em topo;
 - h) Exame toxicológico será realizado exclusivamente no laboratório do Hospital da Polícia Militar do Estado do Goiás – HPM, às custas do candidato, mediante agendamento prévio;
 - i) Avaliação oftalmológica completa (com exame de fundo de olho) e campimetria;
 - j) Colpocitologia oncótica e parasitária (específico para candidatas do sexo feminino);
 - l) e outros exames e procedimentos que possam ser necessários serão solicitados pela Polícia Militar.
- 13.5.1 A candidata gestante que comprovar, mediante documento justificado emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que a realização de um ou mais dos exames é passível de causar dano à saúde do feto, poderá entregá-los no prazo de 15 (quinze) dias contados da cessação do risco conforme recomendação médica.
- 13.6 O documento deverá ser submetido à apreciação da junta médica, que poderá exigir exames ou esclarecimentos complementares acerca do risco apontado e da data provável de sua cessação.
- 13.7 Não serão exigidos exames:
- 13.7.1 Com vistas à detecção de enfermidades;
 - 13.7.2 Não consideradas como impeditivas às atividades relacionadas ao cargo;
 - 13.7.3 Sem correspondência nos sexos masculino e feminino;
 - 13.7.4 De realização vexatória, constrangedora ou violadora da intimidade dos candidatos.
- 13.8 Ao inscrever-se no certame, o candidato autoriza a coleta de material biológico para realização de outros exames antidrogas, a qualquer tempo, no interesse da Polícia Militar do Estado de Goiás.
- 13.12 Quanto ao resultado da Avaliação Médica e Odontológica, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 18 deste Edital.**

14. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

- 14.1 A Avaliação Psicológica será realizada para os cargos de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente (médicos/odontólogos/psicólogos)**, na cidade de Goiânia/GO.
- 14.1.1 Somente será convocado para participar desta fase o candidato que: obtiver a pontuação estabelecida no subitem 8.5 e 11.2.1, além de ter sido convocado e considerado Apto na Avaliação Física e na Avaliação Médica e Odontológica.
- 14.2 Para efeitos deste Edital, considera-se Avaliação Psicológica o processo realizado mediante o emprego de um conjunto de procedimentos científicos, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato compatíveis com as atribuições/perfil do cargo.
- 14.2.1 A Avaliação Psicológica, **de caráter eliminatório**, para fins de seleção de candidatas(as), é um processo sistemático, de levantamento e síntese de informações, com base em procedimentos científicos que permitem identificar aspectos psicológicos do(a) candidato(a) compatíveis com o desempenho das atividades e profissiografia do cargo de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente (médicos/odontólogos/psicólogos)**.
- 14.3 A Avaliação Psicológica será realizada por psicólogos devidamente registrados no Conselho Regional de Psicologia.
- 14.4 Haverá uma comissão composta de 3 (três) psicólogos pertencentes ao Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás, devidamente inscritos no CRP/09, a fim de orientar e acompanhar a realização da Avaliação Psicológica pelo Instituto AOCF, redimindo eventuais dúvidas quanto às especificidades das funções policiais militares dos cargos a serem providos.
- 14.5 A Avaliação Psicológica será realizada em conformidade com a legislação do Conselho Federal de Psicologia, especificamente, a Resolução Nº 002, de 21/01/2016, que “Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP Nº 001/2002”.
- 14.6 As atividades policiais militares submetem o indivíduo a fortes pressões externas e emocionais, a risco de morte, de invalidez, de contágio por doenças, de degeneração do estado de saúde mental, de lesão corporal, de responsabilidade civil, penal e administrativa, além de ser autorizado o porte e uso de arma de fogo (Lei 10.826/03).
- 14.7 Para proceder à avaliação referida, o(a) psicólogo(a) utilizará métodos e técnicas psicológicas que possuam características e normas reconhecidas pela comunidade científica como adequadas para recursos dessa natureza, com evidências de validade para a descrição e/ou predição dos aspectos psicológicos compatíveis com o desempenho do candidato em relação às atividades e tarefas dos cargos de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente (médicos/odontólogos/psicólogos)**.
- 14.8 Optando pelo uso de testes psicológicos, o(a) psicólogo(a) utilizará testes aprovados pelo CFP, de acordo com as Resoluções CFP Nº 002/2003 e nº 005/2012, ou resoluções que venham a substituí-las ou alterá-las.
- 14.9 A Avaliação Psicológica compreenderá: 2 (dois) testes de personalidade (preferencialmente gráfico e projetivo); teste de atenção concentrada; e anamnese psicológica (na forma de questionário).
- 14.10 A bateria de testes poderá ser aplicada de forma coletiva e/ou individual, devendo o candidato participar, obrigatoriamente, de ambas, quando houver.
- 14.11 Os construtos/dimensões psicológicas a serem avaliados são os traços de personalidade incompatíveis com os serviços de natureza policial ou para o exercício de atividades inerentes aos cargos de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente (médicos/odontólogos/psicólogos)**.
- 14.12 **Traços de Personalidade Incompatíveis:**
- 1. Descontrole emocional;
 - 2. Descontrole da agressividade;
 - 3. Descontrole da impulsividade;
 - 4. Alterações acentuadas da afetividade;

5. Oposicionismo a normas sociais e a figuras de autoridade;
 6. Dificuldade acentuada para estabelecer contato interpessoal;
 7. Funcionamento intelectual abaixo da média, associado a prejuízo no comportamento adaptativo e desempenho deficitário de acordo com sua idade e grupamento social;
 8. Distúrbio acentuado da energia vital de forma a comprometer a capacidade para ação com depressão ou elação acentuadas.
 9. Instabilidade de conduta (com indicadores de conflito intrapsíquico que possa refletir um comportamento inconstante e imprevisível);
 10. Quadros de excitabilidade elevada ou de ansiedade generalizada;
 11. Inibição acentuada com indicadores de coartação e bloqueio na ação;
 12. Tremor persistente no(s) teste(s) gráfico(s).
- 14.13 Da análise conjunta dos resultados de cada instrumento, sendo observadas as orientações e parâmetros contidos nos manuais dos instrumentos técnicos utilizados na avaliação psicológica, resultará o parecer técnico, que poderá ser:
- a) **APTO**: para o candidato que não apresente traço de personalidade incompatível com o exercício da função, conforme os parâmetros de avaliação definidos em edital;
 - b) **INAPTO**: para o candidato que apresente 3 (três) ou mais traços de personalidade incompatíveis;
 - c) **AUSENTE**: para o candidato que não comparecer à Avaliação Psicológica ou deixar de efetuar qualquer das partes que compõem a avaliação psicológica.
- 14.13.1 O candidato INAPTO ou AUSENTE na avaliação psicológica será ELIMINADO do concurso.
- 14.14 A APTIDÃO na Avaliação Psicológica é requisito indispensável para matrícula no curso de formação e inclusão na Polícia Militar do Estado de Goiás.
- 14.15 Prevê o art. 10 da Resolução Nº 002, de 21/01/2016, do Conselho Federal de Psicologia: “Caso o(a) candidato(a) tenha sido considerado(a) apto(a) por meio de avaliação psicológica para um cargo específico de provimento em concurso público, essa avaliação não terá validade para uso em outro cargo e/ou outro processo seletivo”. Não serão consideradas as avaliações psicológicas realizadas em concursos anteriores da própria Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) ou em outras instituições.
- 14.16 O resultado da avaliação psicológica será divulgado observando-se o previsto no art. 6º da Resolução nº 002, de 21/01/2016, do Conselho Federal de Psicologia: “a publicação do resultado da avaliação psicológica será feita por meio de relação nominal, constando os(as) candidatos(as) aptos(as)”. Os candidatos cujos nomes não constarem desta relação foram considerados inaptos.
- 14.17 A avaliação psicológica realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.
- 14.17.1 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da avaliação psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado ao candidato.
- 14.18 O local, a data e o horário da realização da Avaliação Psicológica serão divulgados oportunamente no Edital de convocação para realização da Avaliação Psicológica, podendo conter normas e informações complementares pertinentes.**
- 14.18.1 Em hipótese alguma será aplicada a Avaliação Psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinado no Edital de convocação para esta fase do certame.
- 14.18.2 Os candidatos deverão comparecer ao local da avaliação com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de:**
- a) **documento oficial de identificação com foto (original);**
- 14.18.3 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto nos termos da Lei Nº 9.503, art. 159, de 23/9/97, carteira de reservista com foto ou certificado de dispensa com foto.
- 14.18.4 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da Avaliação Física e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
- 14.18.5 Não serão aceitos como documentos de identidade protocolos de solicitação de documentos, certidões de nascimento e de casamento, títulos eleitorais, carteiras funcionais sem valor de identidade, Carteira de Habilitação sem foto, documento on-line, carteira de estudante, Carteiras de Agremiações Desportivas, fotocópias dos documentos de identidade, ainda que autenticadas, bem como documentos ilegíveis e/ou não identificáveis.
- 14.18.26 No dia de realização da avaliação psicológica não será permitida a entrada de candidatos portando armas ou aparelhos eletrônicos.**
- 14.18.7 Não haverá segunda chamada para a Avaliação Psicológica, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.
- 14.19 É recomendado que o candidato durma bem na noite anterior ao dia de realização da Avaliação Psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida fase.
- 14.20 Estará automaticamente eliminado o candidato que:
- a) não comparecer no dia e horário divulgados no edital de convocação para essa fase;
 - b) durante a aplicação da Avaliação Psicológica for surpreendido em comunicação com outras pessoas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem como se utilizando de livros, anotações, impressos ou similares, máquina calculadora, bip, telefone celular, notebook, relógio, equipamentos eletrônicos, etc;
 - c) tornar-se descortês com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da Avaliação Psicológica, ou perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
 - d) utilizar-se de qualquer meio na tentativa de burlar a Avaliação Psicológica, ou for responsável por falsa identificação

pessoal;

e) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

f) deixar de assinar a lista de presença;

g) sair do recinto em que estiver sendo aplicada a avaliação, fora das normas contidas no edital de convocação para realização da Avaliação Psicológica;

h) for considerado Inapto para o cargo;

i) for flagrado portando arma.

14.21 Quanto ao resultado da Avaliação Psicológica, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, sendo adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado ao candidato Inapto conhecer as razões que determinaram a sua inaptidão na Avaliação Psicológica;

b) será agendada data e horário para entrevista devolutiva de cada candidato considerado não recomendado, em edital a ser publicado para este fim;

c) na entrevista devolutiva para o conhecimento das razões da não recomendação, será facultado ao candidato ser assessorado por psicólogo por ele contratado, e que seja devidamente inscrito em Conselho Regional de Psicologia;

c.1) O candidato considerado Inapto poderá nomear um psicólogo, como seu procurador, para que este compareça ao local estipulado para a entrevista devolutiva, a fim de obter a abertura de vista do material da Avaliação Psicológica do candidato. Neste caso, é obrigatória a apresentação e entrega da procuração original, assinada pelo candidato, com firma reconhecida, com cópia da carteira de identidade do procurado (candidato) e do procurador (psicólogo). Não será aceita cópia da procuração, documento escaneado e/ou impresso, ou outro tipo de procuração que não o específico para verificação do resultado da Avaliação Psicológica;

c.2) No procedimento de abertura de vista para o psicólogo, legalmente nomeado pelo candidato, serão observadas as seguintes condições: 1) o psicólogo deverá estar regularmente inscrito e ativo, em algum Conselho Regional de Psicologia (CRP), conforme as normas do CFP, cuja comprovação ocorrerá com a apresentação da carteira profissional e entrega do original ou cópia com firma reconhecida em cartório da declaração de “nada consta” expedida pelo CRP. O não cumprimento desta cláusula Editalícia, impossibilitará a realização do procedimento de abertura de vista e não haverá agendamento de nova data/hora para tal fim; 2) não será admitida a nomeação de psicólogo da ativa pertencente aos quadros da PMGO/Fundação Tiradentes/Caixa Beneficente, ou psicólogo com o qual tenha parentesco afim ou consanguíneo até o 3º grau ou cônjuge; 3) para que seja realizada a análise técnica, o psicólogo nomeado terá acesso ao material psicológico somente no local, data e hora agendados; 4) não será permitida a retirada ou registro do material psicológico; 5) o sigilo sobre as informações obtidas, bem como aquelas que serão fornecidas posteriormente, na entrevista de devolução ao candidato, serão de inteira responsabilidade do psicólogo e do candidato; 6) o psicólogo somente poderá representar um candidato por vez, a cada intervalo de tempo estabelecido no Edital de convocação para a Entrevista Devolutiva;

d) não será permitida ao candidato, nem ao psicólogo contratado, a retirada ou reprodução dos materiais dos testes psicológicos utilizados durante a entrevista devolutiva da Avaliação Psicológica;

e) será entregue ao candidato ou ao psicólogo, cópia de Laudo da Avaliação Psicológica, com os parâmetros alcançados na avaliação dos atributos psicológicos;

f) o psicólogo contratado somente poderá ter acesso à documentação pertinente à Avaliação Psicológica do candidato na presença de um psicólogo integrante da equipe do Instituto AOCP;

g) o psicólogo ou candidato terá o prazo de 3 (dias) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da entrevista devolutiva, para interpor recurso contra o resultado da inaptidão na Avaliação Psicológica.

14.21.1A entrevista devolutiva será exclusivamente de caráter informativo para esclarecimento do motivo da inaptidão do candidato ao propósito seletivo, não sendo, em hipótese alguma, considerada como recurso ou nova oportunidade de realização da Avaliação Psicológica. As informações técnicas relativas ao parecer técnico só poderão ser discutidas com o psicólogo contratado, conforme a legislação vigente da classe. Caso o candidato compareça sozinho à entrevista devolutiva, tais aspectos técnicos não serão discutidos, bem como não será permitido o acesso aos testes realizados.

14.21.2O candidato poderá interpor recurso administrativo em face ao resultado da Avaliação Psicológica, mesmo que não compareça à entrevista devolutiva, nem contrate um psicólogo para representá-lo.

14.21.3Será disponibilizado o link para interposição de recurso contra o resultado da Avaliação Psicológica, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, somente após a realização da entrevista devolutiva.

15. AVALIAÇÃO DA VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

15.1 A Avaliação da Vida Progressiva e Investigação Social, **de caráter eliminatório**, será de atribuição exclusiva da Polícia Militar do Estado de Goiás, e o candidato não receberá nota, mas sim considerado “recomendado” ou “não recomendado”, para o cargo no qual está inscrito.

15.2 Esta fase terá início logo após a divulgação do resultado da Prova Discursiva, contudo, a entrega da documentação necessária para esta fase será feita no dia e local previsto para a Avaliação Médica.

15.3 A FIC – Ficha de Informações Confidenciais da Investigação Social, presente no Anexo V deste Edital, deverá ser preenchida e encaminhada por meio eletrônico, dentro do prazo que será devidamente previsto no edital de convocação para esta fase.

15.4 Os candidatos convocados para a Avaliação da Vida Progressiva e Investigação Social deverão enviar a documentação necessária para esta fase através de link específico, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br no período a ser oportunamente divulgado.

15.5 A FIC – Ficha de Informações Confidenciais deverá ter seu preenchimento conforme Anexo V, disponível no endereço eletrônico do Instituto AOCP www.institutoaocp.org.br, inclusive com foto e acompanhada de:

15.5.1 Cópia autenticada da seguinte documentação: a. documento de identificação, com validade em todo o território nacional

- (RG); b. cadastro de pessoa física – CPF; c. título de eleitor ou certidão do cartório eleitoral e comprovante de votação e/ou justificativa da última eleição, de ambos os turnos, se for o caso; d. certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino; e. carteira de trabalho e previdência social – CTPS ou documento equivalente que comprove a última ocupação profissional ou a atual, se for o caso; f. comprovante de local de residência ou equivalente.
- 15.5.2 Originais dos seguintes documentos: a. certidões negativas dos ofícios de distribuição das cidades nas quais o candidato reside e/ou residiu nos últimos 5 (cinco) anos, abrangendo os feitos cíveis, criminais, de protestos de títulos, de interdição e de tutela; b. certidões negativas, cíveis e criminais, da Justiça Federal, nas quais o candidato reside e/ou residiu nos últimos 5 (cinco) anos. c. Folha de antecedentes da Polícia Federal e das polícias civis, dos estados ou do Distrito Federal, dos lugares em que residiu nos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo nos últimos 6 (seis) meses; d. certidão negativa da Justiça Militar; e. certidão negativa eleitoral dos respectivos domicílios eleitorais nos últimos dois anos; f. declaração do candidato, com firma reconhecida em cartório, informando se está cumprindo ou não, sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual, municipal e/ou distrital; g. declaração com firma reconhecida em cartório de que não responde ou não respondeu a inquérito policial, estadual, federal ou militar, de que não faz transação em juizado especial e de que não teve nem tem contra si, em curso, ação penal por crime de qualquer natureza. h. declaração do candidato, com firma reconhecida em cartório, indicando as cidades onde o mesmo reside ou residiu nos últimos cinco anos.
- 15.5.3 Os documentos acima referidos relativos à Investigação Criminal e Social deverão ser enviados por meio de link específico, disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br em arquivos salvos nos formatos PNG, JPG, JPEG ou PDF, até a data aprazada, conforme convocação em Edital publicado.
- 15.6 Na Avaliação serão examinados os atos da vida civil dos candidatos, podendo ser eliminados do concurso quando constatada conduta desabonadora em sua vida pública ou particular, desde que incompatível com a natureza da função policial.
- 15.7 A avaliação deverá considerar os assentamentos funcionais dos candidatos, no caso de funcionário público.
- 15.8 São fatos que afetam o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral do candidato:
- 15.8.1 Habitualidade em descumprir obrigações legítimas;
- 15.8.2 Relacionamento ou exibição em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais;
- 15.8.3 Vício de embriaguez;
- 15.8.4 Uso de droga ilícita;
- 15.8.5 Prostituição;
- 15.8.6 Prática de ato atentatório à moral e aos bons costumes;
- 15.8.7 Respondendo ação por improbidade administrativa;
- 15.8.8 Exonerado de cargo público ou destituído de cargo em comissão, no exercício da função pública, em qualquer órgão da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, mesmo que com base em legislação especial;
- 15.8.9 Demitido por justa causa nos termos da legislação trabalhista;
- 15.8.10 Existência de registros criminais;
- 15.8.11 Declaração falsa ou omissão de registro relevante sobre sua vida pregressa e social.
- 15.9 Os candidatos cuja conduta estiver enquadrada em qualquer dos fatos previstos no subitem 15.8, serão passíveis de eliminação do concurso.
- 15.10 Constatada a ocorrência de quaisquer dos fatos elencados no subitem 15.8, serão os candidatos notificados para apresentarem defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 15.10.1 A defesa será dirigida ao Comandante Geral da PM.
- 15.10.2 A defesa escrita, assinada pelo candidato deverá ser entregue por este ou por procurador, munido de procuração com autorização expressa para este fim, na Av. Contorno, n. 7.364, Setor Central, Goiânia–GO, na Segunda Seção do Estado-Maior Estratégico da PMGO.
- 15.11 Compete ao Comando-Geral da PMGO fazer a análise da defesa escrita do candidato, que fundamentará o julgamento, expondo os argumentos de fato e de direito, em ata.
- 15.12 Caso seja decidido pela eliminação do candidato, este será devidamente notificado.
- 15.13 Todas as certidões deverão ser expedidas nos últimos 3 (três) meses que antecedem à data para entrega da documentação prevista no cronograma.
- 15.14 Qualquer omissão, infidelidade ou falsidade na resposta da FIC importará em eliminação do candidato do concurso, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal e administrativa que couber.
- 15.15 Os candidatos que não entregarem a documentação referente à avaliação nas datas estabelecidas, ou que forem considerados não recomendados nesta Avaliação, serão eliminados do concurso.
- 15.16 **Será considerado não recomendado, e conseqüentemente eliminado do concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:**
- 15.16.1 não apresentar comportamento irrepreensível;
- 15.16.2 não gozar de bom conceito moral e social, necessários ao exercício do cargo;
- 15.16.3 prestar informações inverídicas.
- 15.17 Os candidatos investigados em mais de um concurso em andamento serão avaliados através de um mesmo ato válido para ambos.
- 15.18 Se antes da convocação para incorporação/inclusão/matricúla no curso de formação profissional ocorrer com o candidato qualquer fato relevante para a Avaliação de Vida Pgressa e Investigação Social, ele deverá, de imediato, identificar formal e circunstancialmente o ocorrido à Comissão Especial da PMGO para o Concurso Público, protocolando expediente junto à Terceira Seção de Recursos Humanos – CRH-3.
- 15.19 Casos seja constatado qualquer infidelidade ou falsidade na resposta da FIC, após a inclusão do candidato classificado, a PMGO instaurará procedimento apuratório para avaliação das condições de permanência nas fileiras da corporação.
- 15.20 Demais informações serão divulgadas no Edital de convocação específico, na data oportuna.**

16. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E NOTA FINAL

- 16.1 Será considerado classificado ou habilitado no Concurso Público o candidato que obtiver a pontuação, desempenho e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.
- 16.1.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de nota final, observado o cargo em que concorrerem.
- 16.2 Para todos os cargos, a Nota Final dos candidatos será igual à soma das notas obtidas na Prova Objetiva e na Prova Discursiva.
- 16.3 Na hipótese de igualdade da nota final, para o cargo de **Cadete – Polícia Militar e 2º Tenente (Médicos/Odontólogos/Psicólogos)** terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
- obtiver maior pontuação na prova objetiva Conhecimentos Específicos;
 - obtiver maior pontuação na prova discursiva;
 - obtiver maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Básicos;
 - tiver maior idade.
 - tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Decreto-lei nº 3.689 de outubro de 1941 O Código de Processo Penal);
- 16.4 O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de relação contendo a inscrição e o nome do candidato, obedecido ao cargo/CRPM para o qual o candidato se inscreveu, ordenados da seguinte forma:
- a nota final do concurso em ordem decrescente de classificação final do certame.
 - a classificação por sexo.
- 16.5 O candidato eliminado, em qualquer fase do certame, será excluído do Concurso Público e não constará da lista de classificação final.

17. DA ELIMINAÇÃO

- 17.1 **Será eliminado do Concurso Público o candidato que:**
- 17.1.1 apresentar-se após o fechamento dos portões, ou não estiver presente na sala ou local de realização da prova no horário determinado para o seu início;
- 17.1.2 não apresentar o documento de identidade exigido no subitem 9.6.1, ou 9.6.2, e também conforme a exigência nas demais fases do certame, conforme previsto neste Edital;
- 17.1.3 for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros;
- 17.1.4 **for surpreendido, durante a realização da prova, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital:**
- equipamentos eletrônicos, mesmo que desligados, como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, smartwatches, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;**
 - livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação e impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;**
 - bolsa, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapalaria, tais como chapéu, boné, gorro, etc;**
- 17.1.5 **tenha qualquer objeto, tais como aparelho celular, aparelhos eletrônicos, smartwatches, ou relógio de qualquer espécie, que venha a emitir qualquer som ou vibração, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova;**
- 17.1.6 realizar qualquer tipo de registro fotográfico, seja por quaisquer meios, após a entrada na sala de prova;
- 17.1.7 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- 17.1.8 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- 17.1.9 fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- 17.1.10 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- 17.1.11 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
- 17.1.12 descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas;
- 17.1.13 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 17.1.14 não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização da prova;
- 17.1.15 for surpreendido portando qualquer tipo de arma;
- 17.1.16 recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- 17.1.17 ausentar-se da sala portando o caderno de questões da Prova Objetiva antes do tempo determinado no subitem 9.20;
- 17.1.18 recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
- 17.1.19 não atingir a pontuação mínima estabelecida neste Edital para ser considerado habilitado em quaisquer das fases do certame.
- 17.2 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 17.3 Será eliminado do certame o candidato que informar os dados pessoais ou data de nascimento incorreta. Os dados serão conferidos no momento da realização das Provas Objetivas e Discursiva.

18. DOS RECURSOS

- 18.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, ao Instituto AOCF, no prazo de **3 (três)** dias úteis da

- publicação das decisões objetos dos recursos, assim entendidos:
- 18.1.1 contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
 - 18.1.2 contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado e condição especial;
 - 18.1.3 contra as questões da Prova Objetiva, Prova Discursiva e o gabarito preliminar;
 - 18.1.4 contra o resultado da Prova Objetiva;
 - 18.1.5 contra o resultado da Prova Discursiva;
 - 18.1.6 contra o resultado da Avaliação Física;
 - 18.1.7 contra o resultado da Avaliação Médica e Odontológica;
 - 18.1.8 contra o resultado da Avaliação Psicológica;
 - 18.1.9 contra o resultado da Avaliação da Vida Pregressa e Investigação Social;
 - 18.1.10 contra a nota final e a classificação dos candidatos.
- 18.2 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, sob pena de perda do prazo recursal.**
- 18.3 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio, através de link disponível no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.
 - 18.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Especificamente para o caso do subitem 18.1.3, o recurso deverá estar acompanhado de citação da bibliografia.
 - 18.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.
 - 18.6 Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no subitem 18.1 deste Edital.
 - 18.7 Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.
 - 18.8 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.
 - 18.9 Se da análise do recurso, pela Banca Organizadora, resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da Prova Objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.
 - 18.10 No caso de anulação de questão(ões) da Prova Objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.
 - 18.11 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.
 - 18.12 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.
 - 18.13 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
 - 18.14 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
 - 18.15 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
 - 18.16 Os recursos contra as questões da Prova Objetiva e Gabarito Preliminar serão analisados e somente serão divulgadas as respostas dos recursos **DEFERIDOS** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
 - 18.16.1 As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos, contra as demais fases do certame, ficarão disponíveis para consulta individual do candidato no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br do Instituto AOCp por 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do edital de resultado a que se refere.
- 18.17 **A Banca Examinadora do Instituto AOCp, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.**

19. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

- 19.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pela Secretaria de Estado da Administração de Goiás - SEAD e publicado em Diário Oficial do Estado de Goiás e no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br em ordem classificatória, com a pontuação de todos os candidatos classificados dentro do número das vagas oferecidas.

20. DA NOMEAÇÃO E INVESTIDURA NO CARGO

- 20.1 Serão considerados classificados neste concurso os candidatos que estiverem dentro do número de vagas na tabela do item 2.1.
- 20.2 Os candidatos habilitados para o cadastro de reserva conforme o subitem 22.3 possuem apenas a expectativa de nomeação, de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
- 20.3 Os candidatos que não constarem na relação de candidatos classificados/habilitados de acordo com os itens anteriores, estarão eliminados do concurso e não terão qualquer classificação publicada.
- 20.4 Será formulado edital contendo as orientações e os requisitos de nomeação para investidura no cargo, a ser publicado no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico oficial da Secretaria de Estado da Administração de Goiás – SEAD, www.administracao.go.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.
- 20.5 O candidato classificado no concurso público poderá solicitar reclassificação para o final da lista de aprovados do concurso, mediante requerimento realizado antes da publicação do edital de que trata o subitem.
- 20.6 Além da comprovação dos requisitos constantes no item 3 e dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá o

candidato providenciar os seguintes documentos (em original e DUAS cópias legíveis, de preferência colorida, não sendo necessária autenticação, inclusive do comprovante de escolaridade):

- a) Carteira de identidade civil (não será aceita Carteira de Habilitação em substituição ao RG);
 - b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 - c) Certidão de Nascimento (se solteiro) ou de Casamento (se casado). Se divorciado ou viúvo, o documento que comprove;
 - d) Título de Eleitor com certidão de quitação eleitoral;
 - e) Número do PIS/PASEP;
 - f) Comprovante de endereço;
 - g) Carteira e/ou Certificado de reservista, se do sexo masculino;
 - h) Consulta Qualificação Cadastral-CQC;
 - i) Certidão Criminal Estadual e Federal;
 - j) Certidão Cível Estadual e Federal.
 - k) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;
 - l) Certidão de contas julgadas irregulares do Tribunal de Contas dos Municípios;
 - m) Certidão de contas julgadas irregulares do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;
 - n) Declaração de bens e valores;
 - o) apresentar documento comprovante regularidade no sistema E-social;
 - p) Comprovante de abertura de conta-corrente junto à Caixa Econômica Federal; e
 - q) Demais documentos constantes do edital de que trata o subitem 20.4.
- 20.7 A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos, exames e/ou documentos especificados neste item e neste Edital, bem como daqueles que vierem a ser acrescentados no edital de que trata o subitem 20.4, implicará a eliminação definitiva do candidato, devendo a Administração convocar, na sequência, o candidato subsequente imediatamente classificado.
- 20.8 O candidato que não se apresentar no local e nos prazos estabelecidos será considerado desistente, o que implicará sua eliminação definitiva, devendo a Administração convocar, na sequência, o candidato subsequente imediatamente classificado.
- 20.9 A convocação será feita **exclusivamente** pelo Diário Oficial do Estado de Goiás, devendo o candidato acompanhar as publicações oficiais do certame.
- 21.10 Para o cargo de Cadete, o candidato se inscreverá para Goiânia, no entanto poderá ser lotado em qualquer cidade do Estado de Goiás, de acordo com a necessidade da Polícia Militar.
- 21.11 Para os cargos de 2º Tenente, o candidato se inscreverá para Goiânia, no entanto poderá ser lotado em qualquer cidade do Estado de Goiás, de acordo com a necessidade da Polícia Militar e permanecerá lotado no município designado pela Polícia Militar do Estado de Goiás por no mínimo 3 (três) anos, após a formação.
- 20.12 A previsão de convocação dos candidatos seguirá a estimativa prevista na tabela 20.1.

TABELA 20.1

Cargo	Função	Total de vagas	Nomeações em Mar/2023
Cadete Polícia Militar	-	100	100
2º Tenente Polícia Militar	Todas	50	50
TOTAL		150	150

21. DAS DISPOSIÇÕES SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LEI FEDERAL Nº 13.709/2018

- 21.1 O Instituto AOCB declara que as principais bases legais para o tratamento dos dados pessoais do candidato serão, sem prejuízo de outras que eventualmente se façam necessárias e estejam amparadas na Lei Federal nº 13.709/2018:
- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória (em relação ao artigo 37, incisos II e VIII, da Constituição Federal de 1988, os quais preveem que a investidura em cargos públicos, dependem de aprovação em concurso público;
 - b) execução de contrato entre a Secretaria de Estado da Administração de Goiás – SEAD e o Instituto AOCB para os fins de condução do certame;
 - c) legítimo interesse para a garantia da lisura e prevenção à fraude nos Concursos Públicos;
 - d) a depender do caso, o consentimento, o qual virá de forma destacada e específica no preenchimento do formulário, concedendo sempre a opção do não consentimento e tratamento daquele dado em específico.
- 21.1.1 O Instituto AOCB declara-se controlador dos dados pessoais tratados com a finalidade específica para a aplicação e execução do certame, sendo que nos demais casos, figura tão somente como operadora de dados da Secretaria de Estado da Administração de Goiás – SEAD, a quem os dados são repassados e quem define a finalidade e demais elementos essenciais de seu tratamento.
- 21.2 Campos presentes no formulário de inscrição:
- a) CPF / Nome / Data de Nascimento / Sexo / RG / Órgão Emissor / Data Emissão / Estado Emissor / Nome da Mãe / E-mail / Telefone FIXO / Celular / Logradouro / Número / Bairro / CEP / Cidade / Estado / Necessita de condições especiais? / Necessita de Tempo adicional? / Senha.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pelo Instituto AOCB, no endereço eletrônico www.institutoaocb.org.br, bem como pela Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás – SEAD, através de sites oficiais, e Edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás.
- 22.2 Os candidatos que não constarem da relação de candidatos classificados (dentro do número de vagas) ou da relação de candidatos habilitados para o cadastro de reserva, estarão eliminados do certame e não terão nenhuma classificação.
- 22.3 Os candidatos que não obtiverem pontuação suficiente para serem classificados dentro do número das vagas oferecidas, mas que não forem eliminados nas fases do certame, formarão a relação de candidatos habilitados para o Cadastro de Reserva, até o limite de 10% do número de vagas, e somente terão os seus nomes divulgados no Diário Oficial, após a solicitação da PMGO.
- 22.4 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora o candidato tenha obtido aprovação, levará à sua eliminação, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 22.4.1 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas e resultados serão anulados e ele será eliminado do concurso público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 22.4.2 Por questões de segurança, os candidatos poderão, sempre que o Instituto AOCB julgar necessário, ser filmados, fotografados, identificados por papiloscopistas, submetidos à revista para detecção de metais, por meio de equipamentos apropriados, nas salas, corredores e banheiros, ou, ainda, serem convocados para averiguação de assinatura, ou a copiar frases para efeito de análise grafológica, independente de denúncia.
- 22.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os comunicados e Editais referentes a todas as fases e etapas do Concurso Público de que trata este Edital.
- 22.6 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do concurso, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no documento de confirmação de inscrição, neste Edital e em outros Editais referentes às fases deste Concurso Público.
- 22.7 O não comparecimento do candidato a qualquer das etapas/fases acarretará sua eliminação do concurso.
- 22.8 Será eliminado o candidato que não for recomendado durante a realização do certame;
- 22.9 Os documentos produzidos, enviados e utilizados pelos candidatos, em todas as etapas do concurso, são de uso exclusivo do Instituto, sendo terminantemente vedada a sua disponibilização a terceiros ou a devolução ao candidato.
- 22.10 Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás - SEAD não fornecerá atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões, relativamente às notas de candidatos eliminados.
- 22.11 Não será fornecido ao candidato, pela Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás – SEAD, documento comprobatório de aprovação e/ou classificação no concurso, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás.
- 22.12 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar, rigorosamente, as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e as demais publicações no endereço eletrônico www.institutoaocb.org.br.
- 22.13 O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de informações (tais como nome, data de nascimento, notas e desempenho, entre outras) que são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao certame. Tais informações poderão, eventualmente, ser encontradas na internet, por meio de mecanismos de busca.
- 22.14 O Instituto AOCB não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.
- 22.15 As despesas decorrentes da participação no Concurso Público correrão às expensas do candidato.
- 22.16 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial, poderá requerer a alteração através de solicitação assinada pelo próprio candidato, através do telefone (44) 3013-4900, ou através do e-mail de atendimento ao candidato: candidato@institutoaocb.org.br, anexando documentos que comprovem tal alteração, com expressa referência ao Concurso, Cargo e número de Inscrição, até a data de publicação da homologação dos resultados. Após esta data, poderá requerer a alteração junto a CRH3 do Comando de Gestão e Finanças da Polícia Militar do Estado de Goiás. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
- 22.17.1 O candidato classificado ou habilitado no concurso deverá manter junto a CRH3 do Comando de Gestão e Finanças da Polícia Militar do Estado de Goiás, durante o prazo de validade do concurso público, seu endereço atualizado e telefone, visando eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível convocá-lo por falta da citada atualização, perdendo direito à vaga do cargo para o qual foi classificado ou habilitado.
- 22.18 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 22.19 Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás – SEAD e o Instituto AOCB não se responsabilizam por quaisquer tipo de despesas, com viagens e/ou estadia dos candidatos, para prestarem as provas deste Concurso Público.
- 22.20 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.
- 22.21 Os casos omissos serão submetidos à apreciação e decisão do Instituto AOCB e da Secretaria de Estado da Administração do Estado de Goiás – SEAD.
- 22.22 O concurso terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da homologação do resultado pela Secretaria de Estado

da Administração do Estado de Goiás – SEAD, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
22.23 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia/GO, 08 de Abril de 2022.

Bruno Magalhães D'Abadia
Secretário de Estado da Administração
Estado de Goiás

ANEXO I – DOS REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2022**CARGO: CADETE – POLÍCIA MILITAR**

Requisitos: Bacharel em Direito, conforme Lei Estadual n. 8.033/1975, com diploma ou certificado de conclusão, expedido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo MEC, nos termos da Lei Federal n. 9.394, de 20/12/1996, com apresentação na data de incorporação/inclusão/matricúla.

Atribuições: “Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (art.144, § 5º, da Constituição Federal/88). Consistindo no exercício de atividades inerentes e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e relacionados com a manutenção da ordem pública do Estado.

CARGO: 2º TENENTE QOS – MÉDICO

Requisitos: Possuir Curso Superior completo em Medicina e Especialização na respectiva área, com apresentação dos respectivos diplomas ou certificados de conclusão, expedidos por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, nos termos da Lei Federal Nº. 9.394, de 20/12/1996, com apresentação na data de incorporação/inclusão/matricúla; registro e regularidade nos respectivos conselhos de classe.

Para médico clínico geral – diploma de graduação em Medicina e registro e regularidade nos respectivos conselhos de classe.

Atribuições: “Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (art.144, § 5º, da Constituição Federal/88). Consistindo no exercício de atividades inerentes e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e relacionados com a manutenção da ordem pública do Estado.

Atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

CARGO: 2º TENENTE QOS – ODONTÓLOGO

Requisitos: Possuir Curso Superior completo em Odontologia e Especialização na respectiva área, com apresentação dos respectivos diplomas ou certificados de conclusão, expedidos por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, nos termos da Lei Federal n. 9.394, de 20/12/1996, com apresentação na data de incorporação/inclusão/matricúla; registro e regularidade nos respectivos conselhos de classe.

Para odontólogo clínico geral – diploma de graduação em Odontologia e registro e regularidade nos respectivos conselhos de classe.

Atribuições: “Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (art.144, § 5º, da Constituição Federal/88). Consistindo no exercício de atividades inerentes e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e relacionados com a manutenção da ordem pública do Estado.

Atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

CARGO: 2º TENENTE QOS – PSICÓLOGO

Requisitos: Possuir Curso Superior completo em Psicologia, com apresentação do respectivo diploma de conclusão, expedidos por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, nos termos da Lei Federal n. 9.394, de 20/12/1996, com apresentação na data de incorporação/inclusão/matricúla; registro e regularidade nos respectivos conselhos de classe.

Atribuições: “Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (art.144, § 5º, da Constituição Federal/88). Consistindo no exercício de atividades inerentes e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e relacionados com a manutenção da ordem pública do Estado.

Atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

**ANEXO II – DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2022**

CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE CADETE E 2º TENENTE QOS DA POLÍCIA MILITAR

Língua portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Significação de palavras e expressões. 5. Relações de sinonímia e de antonímia. 6. Ortografia. 7. Acentuação gráfica. 8. Uso da crase. 9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. 10. Locuções verbais (perífrases verbais). 11. Funções do “que” e do “se”. 12. Elementos de comunicação e funções da linguagem. 13. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual; emprego de tempos e modos verbais. 14. Domínio dos mecanismos de coerência textual. 15. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 16. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). 17. Concordância verbal e nominal. 18. Regência verbal e nominal. 19. Colocação pronominal. 20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto. 21. Função textual dos vocábulos. Variação linguística. 22. Redação Oficial.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O domínio da língua é necessário para uma melhor comunicação com a população, durante os atendimentos, assim como para a leitura e a correta interpretação das leis e normas pertinentes ao desempenho da função.

Realidade étnica, social, histórica, Geográfica, Cultural, política e econômica do Estado de Goiás: 1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia, industrialização, infraestrutura e planejamento. 2. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. 3. Aspectos da história política de Goiás: os bandeirantes e a colonização, o coronelismo e oligarquia na República Velha, a Revolução de 1930, aspectos políticos e administrativos de 1930 até os dias atuais. 4. Aspectos da História Sociocultural de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular goiana. 5. Atualidades econômicas, políticas, sociais e culturais do Estado de Goiás.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento da Realidade étnica, social, histórica, Geográfica, Cultural, política e econômica do Estado de Goiás favorece uma melhor relação com a população local, além de um melhor domínio sobre o território onde o servidor atuará.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE CADETE

Direito Penal

Conhecimentos específicos: 1. Da Aplicação da Lei Penal (arts. 1º ao 12 do C.P.). 2. Do Crime (arts. 13 a 25 do C.P.). 3. Da Imputabilidade penal (arts. 26 a 28 do C.P.). 4. Do Concurso de pessoas (arts. 29 a 31 do C.P.). 5. Das Penas e sua Aplicação (arts. 32 a 76 do C.P.). 6. Suspensão condicional da pena (arts. 77 a 82 do C.P.) e Livramento condicional (arts. 83 a 90 do C.P.). 7. Dos Efeitos da condenação: Reabilitação e medidas de segurança (arts. 91 a 99 do C.P.). 8. Da Ação Penal (arts. 100 a 106 do C.P.). 9. Da Extinção da punibilidade (arts. 107 a 120 do C. P.). 10. Dos Crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (arts. 121 a 183 do C.P.). 11. Dos Crimes contra os costumes (arts. 213 a 234 do C.P.) e contra a família (arts. 235 a 249 do C.P.). 12. Dos Crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285 do C.P.) e contra a fé pública (arts. 289 a 311 do C.P.). 13. Dos Crimes contra a Administração Pública (arts. 312 a 359-H do C.P.). 14. Decreto-Lei nº 3.688/41 (Contravenções Penais) e Legislação Penal Especial. 15. Lei Nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 (Crimes de Abuso de autoridade). 16. Lei 7.960/89. 17. Decreto-Lei 201/67 (Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). 18. Lei 5.250/67 (Crimes de imprensa), com as alterações dadas pelas Leis 6.071/74, 6.640/79 e 7.300/85. 19. Lei 6.766/79 (Crimes definidos na Lei de parcelamento do solo urbano). 20. Lei 8.137/90 (Crimes contra a ordem tributária) e alterações. 21. Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Crime organizado). 22. Leis: 9.303/96 e 10.217/01. 23. Lei 9.296/96 (Crime de interceptação e de comunicação telefônica). 24. Lei 9.455/97 (Crimes de tortura). 25. Lei 10.741/03. 26. Leis 9.985/00 e 11.204/06. 27. Lei 9.613/98 (Lavagem de dinheiro), com as alterações dadas pelas Leis 10.467/02 e 10.701/03. 28. Lei 11.101/2005 (Crimes falimentares). Lei 11.340/2006 (violência familiar e doméstica contra a mulher).

Relação da disciplina com os cargos do edital: o conhecimento da legislação de Direito Penal auxiliará o servidor no desempenho do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a fim de que seja cumprido o disposto na referida lei.

Direito Constitucional

Conhecimentos específicos: 1. Direito Constitucional. 1.1. Poder constituinte. 1.2. Natureza. 1.3. Poder constituinte originário. 1.4. Poder constituinte derivado. 1.5. Limites ao poder de reforma da Constituição. 1.6. Conceito e Espécies. 1.7. Cláusulas pétreas. 1.8. Normas constitucionais. 1.9. Classificação. 1.10. Interpretação, integração e aplicação. 1.11. Controle da constitucionalidade. 1.12. Via de ação e via de exceção. 1.13. Controle de constitucionalidade por omissão. 1.14. Recepção. 1.15. Repristinação. 1.16. Princípios fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º). 1.17. Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º). 1.18. Direitos sociais. 1.19. Nacionalidade. 1.20. Direitos políticos (arts. 6º a 16º). 1.21. Organização do Estado. 1.22. Organização administrativa. 1.23. União. Estados. 1.24. Distrito Federal. 1.25. Municípios. 1.26. Intervenção nos Estados e Municípios (arts. 18 a 36). 1.27. Da Organização dos Poderes. 1.28. Poder Legislativo. 1.29. Estrutura e competência (arts. 44 a 52 e 59 a 69). 1.30. Poder Executivo. 1.31. Estrutura e competência (arts. 76 a 86). 1.32. Poder Judiciário. 1.33. Estrutura e competência (arts. 92 a 125). 1.34. Das funções essenciais à Justiça: Ministério Público (arts. 127 a 132). 1.35. Advocacia e Defensoria Pública (arts. 133 a 135). 1.36. Da ordem econômica e financeira: Princípios gerais (arts. 170 a 181). 1.37. Política agrícola e fundiária e reforma agrária (arts. 184 a 191). 1.38. Sistema financeiro nacional (art. 192). 1.39. Ordem social: Saúde (arts. 196 a 200). 1.40. Comunicação social (arts. 220 a 224). 1.41. Meio ambiente (art. 225). 1.42. Família: Criança, adolescente e idosos (arts. 226 a 230). 1.43. Constituição do Estado de Goiás – Da Organização dos Poderes, Estruturas e Competência.

Relação da disciplina com os cargos do edital: o conhecimento da legislação de Direito Constitucional auxiliará o servidor no desempenho do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a fim de que seja cumprido o disposto na referida lei.

Direito Processual Penal

Conhecimentos específicos: 1. Direito Processual Penal: Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 2. Inquérito policial (arts. 4º a 23 do C.P.P.). 3. Ação penal (arts. 24 a 62 do C.P.P.). 4. Competência (arts. 69 a 91 do C.P.P.). 5. Questões e Processos Incidentes (arts. 92 a 154 do C.P.P.). 6. Prova (arts. 155 a 250 do C.P.P.). 7. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (arts. 251 a 281 do C.P.P.). 8. Prisão e Liberdade Provisória (arts. 282 a 350 do C.P.P.). 9. Citações e Intimações (arts. 351 a 372 do C.P.P.). 10. Sentença (arts. 381 a 393 do C.P.P.). 11. Processos em Espécie (arts. 394 a 555 do C.P.P.). 12. Nulidades (arts. 563 a 573 do C.P.P.). 13. Recursos (arts. 574 a 620 do C.P.P.). 14. Revisão Criminal (arts. 621 a 631 do C.P.P.). 15. Habeas Corpus (arts. 647 a 667 do C.P.P.) e Mandado de Segurança em Matéria Penal. 16. Lei 7.210/84 (Execução Penal). 17. Lei 11.340/2006 (violência familiar e doméstica contra a mulher). 18. Lei nº 9.099/95 e 10.259/2001, com as alterações das Leis 9.839/99, 10.455/02 e 11.313/06 (Juizados Especiais Criminais). 19. Lei federal nº 7.960/1989 (prisão temporária).

Relação da disciplina com os cargos do edital: o conhecimento da legislação de Direito Processual Penal auxiliará o servidor no desempenho do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a fim de que seja cumprido o disposto na referida lei.

Direito Administrativo

Conhecimentos específicos: 1. Administração Pública: conceito, elementos, natureza e objetivos. Organização Administrativa do Estado: Administração direta e indireta; Agentes Públicos: espécie e classificação, poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego. 2. Atividade administrativa: abuso e desvio de poder, desvio de finalidade. 3. Administração Pública: princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, proporcionalidade, eficiência, continuidade e autoexecutoriedade. 4. Os poderes administrativos: regulamentar, hierárquico, disciplinar e de polícia. 5. A discricionariedade, conteúdo e limites. 6. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 7. A privatização, disciplina e efeitos. O serviço público: concessão, autorização e permissão. 8. Agências reguladoras. 9. Ato administrativo: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécie e invalidação. 10. Condições e pressupostos. 11. Vícios. 12. Formas de desconstituição, revogação e anulação. 13. Contrato administrativo: características, formalização, execução, inexecução e principais tipos. 14. Formas de rescisão e revisão. 15. Equilíbrio contratual e cláusulas exorbitantes. 16. Leis de licitação 8.666/93 e 14.133/2021. 17. Dispensa e inexigibilidade. 18. O procedimento licitatório. 19. Direito de propriedade e limitações administrativas. 20. A desapropriação e seu processo. 21. Requisição, servidão e ocupação provisória. 22. O controle da Administração e suas modalidades. 23. Mandado de segurança, ação popular e ação civil pública. 24. A responsabilidade civil do Estado pelos atos executivos, legislativos e jurisdicionais. 25. O processo administrativo, finalidades, garantias e tipos. 26. Servidores públicos: direitos, deveres e responsabilidades. 27. Lei nº 8.429/1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

Relação da disciplina com os cargos do edital: o conhecimento da legislação de Direito Administrativo auxiliará o servidor no desempenho do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a fim de que seja cumprido o disposto na referida lei.

Direito Penal Militar

Conhecimentos específicos: 1. Decreto-Lei 1.001/69. 1.1. Da aplicação da Lei penal militar. 1.2. Do crime. 1.3. Da

imputabilidade penal. 1.4. Do concurso de agentes. 1.5. Das penas. 1.6. Efeitos da condenação. 1.7. Das medidas de segurança. 1.8. Da ação penal. 1.9. Da extinção da punibilidade. 1.10. Dos crimes militares em tempo de paz. 1.11. Dos crimes militares em tempo de guerra. Dos crimes contra a administração militar.

Relação da disciplina com os cargos do edital: o conhecimento da legislação de Direito Penal Militar auxiliará o servidor no desempenho do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a fim de que seja cumprido o disposto na referida lei.

Direito Processual Penal Militar

Conhecimentos específicos: 1. Decreto-Lei 1.002/69. 1.1. Da Lei processual penal militar e sua aplicação. 1.2. Da polícia judiciária militar. 1.3. Da ação penal militar. 1.4. Do juiz, auxiliares e partes no processo. 1.5. Da denúncia. 1.6. Do foro militar. 1.7. Da competência. 1.8. Das questões prejudiciais. 1.9. Dos incidentes. 1.10. Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar. 1.11. Dos crimes contra o serviço e o dever militar. 1.12. Das medidas assecuratórias. 1.13. Dos processos. 1.14. Das nulidades e dos recursos. 1.15. Da execução. 1.16. Da justiça militar em tempo de Guerra.

Relação da disciplina com os cargos do edital: o conhecimento da legislação de Direito Processual Penal Militar auxiliará o servidor no desempenho do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a fim de que seja cumprido o disposto na referida lei.

Legislação Extravagante

Conhecimentos específicos: 1. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89). 4. Apresentação e uso de documento de identificação pessoal (Lei nº 5.553/68). 5. Lei 13. 869/2019 – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade. 6. Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/97). 7. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). 8. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03): dos crimes em espécies. 9. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). 10. Lei Maria da Penha – Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06): Título I e II, Cap. III do Título III. 11. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei nº 11.343/06). 12. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/90). 13. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). 14. Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/98). 15. Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás (Lei Estadual n.º 8.033/75).

Relação da disciplina com os cargos do edital: o conhecimento da legislação Extravagante auxiliará o servidor no desempenho do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a fim de que seja cumprido o disposto na referida lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE 2º TENENTE QOS

Clínica Médica

Conhecimentos específicos: 1. Cuidados gerais com o paciente em medicina interna. 2. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, insuficiência cardíaca, miocardiopatias e valvulopatias e arritmias cardíacas. 3. Doenças pulmonares: asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica, embolia pulmonar, pneumonias e abscessos pulmonares. 4. Doenças gastrointestinais e hepáticas: e insuficiência úlcera péptica, doenças intestinais inflamatórias e parasitárias, diarreia, coledolitíase e colecistite, pancreatite, hepatites virais e hepatopatias tóxicas hepatopatias crônicas. 5. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, síndrome nefrótica e litíase renal. 6. Doenças endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo e hipertireoidismo, tireoidite e nódulos tireoidianos. 7. Doenças reumáticas: artrite reumatoide, espondiloartropatias e gota. 8. Doenças infecciosas e terapia antibiótica. 9. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária. 10. Emergências clínicas. 11. Controle de infecções hospitalares. 12. Doenças neurológicas, AVC, polirradiculoneurites, polineurites e doenças periféricas. 13. Doenças degenerativas e infecciosas do SNC. 14. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Cardiologia

Conhecimentos específicos: 1. Fisiologia cardiovascular. 2. Semiologia cardiovascular. 3. Farmacologia cardiovascular. 4. Arritmias. 5. Doença coronariana aguda e crônica. 6. Dislipidemia e aterosclerose. 7. Valvopatias. 8. Hipertensão arterial. 9. Cardiopatias congênitas. 10. Doenças da aorta. 11. Exames complementares diagnósticos invasivos ou não. 12. Procedimentos cirúrgicos ou percutâneos. 13. Doenças pulmonares. 14. Endocardite infecciosa e febre reumática. 15. Cardiopatia e gravidez. 16. Emergências cardiovasculares. 17. Miocardiopatias. 18. Insuficiência

cardíaca. 19. Doenças sistêmicas e o coração. 20. Doenças cardiovasculares no paciente idoso. 21. Endocardites. 22. Miocardites. 23. Pericardites. 24. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Pediatria

Conhecimentos específicos: 1. Condições de Saúde da Criança Brasileira. 2. Organização da atenção à criança. 3. Alimentação da criança. 4. O recém-nascido normal e patológico. 5. Programa de imunização. 6. Crescimento e desenvolvimento. 7. Desnutrição protéico-calórica. 8. Anemias na infância. 9. Diarreia aguda e crônica na criança. 10. Cardiopatias na criança. 11. Doenças respiratórias na criança. 12. Doenças no trato geniturinário na criança. 13. Doenças autoimunes e colagenoses na criança. 14. Doenças infectocontagiosas mais frequentes na criança. 15. Parasitoses intestinais. 16. Dermatoses mais frequentes na criança. 17. Convulsões na criança. 18. Principais problemas ortopédicos na criança. 19. Diagnóstico diferencial e procedimentos frente aos sinais e sintomas mais frequentes na criança. 20. Patologias cirúrgicas mais frequentes na criança. 21. Insuficiência Cardíaca. 22. Choque. 23. Ressuscitação cardiopulmonar. 24. Cetoacidose diabética. 25. Acidentes na infância: Prevenção e tratamento. 26. Abordagem da criança politraumatizada. 27. Síndrome de Maus-tratos. 28. Estatuto da criança e do adolescente, Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. 29. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Ginecologia/ Obstetrícia

Conhecimentos específicos: 1. Anatomia clínica e cirúrgica do aparelho reprodutor feminino. 2. Fisiologia do ciclo menstrual, disfunções menstruais, distúrbios do desenvolvimento puberal, climatério, vulvovagites e cervicites, doença inflamatória aguda e crônica. 3. Endometriose. 4. Distopias genitais. 5. Distúrbios urogenitais. 6. Patologias benignas e malignas da mama, da vulva, da vagina, do útero e do ovário. 7. Noções de rastreamento, estadiamento e tratamento do câncer da mama. 8. Anatomia e fisiologia da gestação. 9. Assistência pré-natal na gestação normal e avaliação de alto risco obstétrico. 10. Aborto, gravidez ectópica, mola hidatiforme, coriocarcinoma e transmissões de infecções maternas fetais. 11. Doenças hipertensivas na gestação. 12. Pré-eclâmpsia. 13. Diabetes gestacional. 14. Cardiopatias. 15. Doenças renais e outras condições clínicas na gestação. 16. HIV/AIDS na gestação e prevenção da transmissão vertical. 17. Mecanismo do trabalho de parto. 18. Assistência ao parto e uso do partograma. 19. Indicações de cesárias e fórceps. 20. Indicações de analgesia e anestesia intraparto. 21. Hemorragia de terceiro trimestre. 22. Sofrimento fetal crônico e agudo. 23. Prevenção da prematuridade. 24. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Pneumologia

Conhecimentos específicos: 1. Semiologia e exame físico em nas doenças pulmonares. 2. Métodos diagnósticos laboratoriais e radiológicos em pneumologia. 3. Avaliação de risco cirúrgico cardiopulmonar. 4. Asma e Bronquite. 5. Tabagismo. 6. DPOC. 7. TEP e Hipertensão Arterial Pulmonar. 8. Infecções respiratórias. 9. Doenças pleurais: derrames e pneumotórax. 10. Neoplasias respiratórias. 11. Pneumopatias supurativas. 12. Ventilação mecânica. 13. Broncoscopia. 14. Doenças pulmonares intersticiais difusas. 15. Doenças ocupacionais e ambientais. 16. Tosse. 17. Distúrbios respiratórios do sono. 18. Fibrose Pulmonar Idiopática. 19. Reabilitação pulmonar. 20. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Endocrinologia

Conhecimentos específicos: 1. Apresentação comum das manifestações clínicas em endocrinologia. 2. Doença da hipófise e do hipotálamo. 3. Doenças da tireoide. 4. Doenças das paratireoides. 5. Doenças das suprarrenais. 6. Diabetes mellitus. 7. Testes dinâmicos em endocrinologia. 8. Interpretação dos testes em endocrinologia. 9. Diagnóstico e tratamento das doenças endocrinológicas e metabólicas no ciclo gravídico puerperal. 10. Obesidade: avaliação, tratamento clínico e cirúrgico. 11. Osteoporose. 12. Distúrbios endócrinos e metabólicos na infecção pelo HIV. 13. Deficiência de vitamina D. 14. Emergências endocrinológicas. 15. Dislipidemias. 16. Hipogonadismo, infertilidade, amenorreia e disfunção erétil. 17. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Gastroenterologia

Conhecimentos específicos: 1. Hemorragia varicosa e não varicosa. 2. Esofagite péptica e complicações. 3. Esofagite por cândida herpes e citomegalovírus. 4. Esôfago de Barrett. 5. Neoplasias de esôfago. 6. Estenose esofágica. 7. Úlcera péptica. 8. Doenças intestinais inflamatórias e parasitárias. 9. Diarreia. 10. Colelitíase e colecistite. 11. Pancreatite. 12. Hepatites virais, hepatopatias tóxicas e doença hepática crônica. 13. Neoplasia gástrica precoce e avançada. 14. Infecção pelo *Helicobacter pylori*. 15. Pólipos em tubo digestivo. 16. Desinfecção do endoscópio. 17. Sedação em endoscopia. 18. Achados endoscópicos nas doenças sistêmicas. 19. Hemorragia digestiva alta varicosa e não varicosa; hemorragia digestiva e baixa. 20. Neoplasia de cólon. 21. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Ortopedia

Conhecimentos específicos: 1. Sistema musculoesquelético. 2. Estrutura do tecido ósseo. 3. Crescimento e desenvolvimento. 4. Calcificação, ossificação e remodelagem. 5. Estrutura do tecido cartilaginoso. 6. Organização, crescimento e transplante. 7. Tecido muscular: organização, fisiologia e alteração inflamatória. 8. Deformidades congênitas e adquiridas. 9. Pé torto congênito. 10. Displasia do desenvolvimento do quadril. 11. Luxação congênita do joelho. 12. Pseudoartrose congenitatibia. 13. Talus vertical. 14. Aplasia congênita / displasia dos ossos longos. 15. Polidactilia e sindactilia. 16. Escoliose. 17. Infecções e alterações inflamatórias osteoarticulares. 18. Artritepiogenica. 19. Osteomielite aguda e crônica. 20. Tuberculose óssea. 21. Infecção da coluna vertebral. 22. Sinovites. 23. Artrite reumatoide. 24. Tumores ósseos e lesões pseudotumorais. 25. Osteocondroses. 26. Alterações degenerativas osteoarticulares. 27. Doenças osteometabólicas na prática ortopédica. 28. Tratamento do paciente politraumatizado. 29. Fraturas e luxações da articulação do quadril e da coluna cervico-toraco-lombar. 30. Fraturas, luxações, lesões capsuloligamentares eepifisarias do membro superior e inferior em adultos e crianças. 31. Fisiopatologia e Tratamento da Osteoartrose dos Membros e Coluna. 32. Osteonecrose. 33. Processos infecciosos da coluna e membros. 34. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Médico do Trabalho/ Perícia Médica

Conhecimentos específicos: 1. Legislação básica de Saúde do Trabalhador: Normas Regulamentadoras, acidentária, previdenciária, resoluções da categoria de classe. 2. Políticas Públicas em Saúde e Trabalho. 3. Perícias em Medicina do Trabalho. 4. Epidemiologia básica aplicada à medicina do trabalho e bioestatística. 5. Ética médica e questões bioéticas em saúde do trabalhador. 6. Agravos a saúde relacionados ao trabalho: doenças ocupacionais, doenças do trabalho e acidentes. 7. Psicopatologia e saúde mental no trabalho. 8. Acidentes do trabalho: documentos médico-legais e atuação do médico do trabalho. 9. Promoção da Saúde no Trabalho. 10. Toxicologia ocupacional. 11. Higiene do Trabalho. 12. Ergonomia. 13. Reabilitação e Retorno ao Trabalho. 14. Gestão em Saúde, Segurança e Meio Ambiente. 15. Controle de saúde dos trabalhadores da saúde; 16. Vigilância em Saúde do Trabalhador. 17. Saúde Ambiental, poluição ambiental e Saneamento do meio. 18. Segurança no Trabalho. 19. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o

candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Reumatologia

Conhecimentos específicos: 1. Laboratório em reumatologia. 2. Exames por imagem em reumatologia. 3. Semiologia das doenças reumatológicas. 4. Estruturas morfológicas e funcionais das articulações. 5. Auto-imunidade. 6. Auto-anticorpos e sistema de complemento. 7. Reumatismo de partes moles. 8. Fibromialgia. 9. Lombalgias. 10. Osteoartrite. 11. Osteoporose e osteomalácia. 12. Osteopatias microcristalinas. 13. Artrites infecciosas. 14. Artropatia associada a doenças sistêmicas. 15. Artrite reumatóide. 16. Espondilite anquilosante. 17. Artropatia psoriática. 18. Artrite reativa. 19. Artrite das colopatias. 20. Febre reumática. 21. Síndrome do anticorpo antifosfolípide. 22. Síndrome Catastrófica. 23. Doença do Still do adulto. 24. Artropatia idiopática juvenil. 25. Lupus eritematoso sistêmico. 26. Esclerose sistêmica. 27. Síndrome de Sjögren. 28. Doença mista do tecido conjuntivo. 29. Vasculite sistêmica. 30. Neoplasias articulares. 31. Miopatias inflamatórias. 32. Doenças autoinflamatórias. 33. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Cirurgia Geral

Conhecimentos específicos: 1. Princípios da cirurgia. Propedêutica e avaliação do paciente cirúrgico. Transfusão. Controle hidroeletrólítico e nutricional do paciente cirúrgico. 2. Antimicrobianos em cirurgia geral. Anestésicos locais. Anestesia loco regional. Fios de sutura: aspectos práticos do seu uso. Curativos: técnica e princípios básicos. 3. Pré e pós-operatório em cirurgias eletivas e de urgência/emergência. 4. Complicações cirúrgicas trans e pós-operatórias. 5. Imunologia e transplantes. 6. Mecanismos de rejeição. 7. Parede abdominal. Omento. Mesentério e Retroperitônio. Hérnias da parede abdominal. 8. Choque. Traumatismo abdominal. Síndrome compartimental do abdome. 9. Traumatismo torácico. 10. Traumatismo do pescoço. 11. Urgência: abdome agudo. Doenças que simulam abdome agudo. Apendicite aguda. Úlcera péptica perfurada. Pancreatite aguda. Isquemia mesentérica. Obstrução intestinal. Doença diverticular dos cólons. Diverticulite. Coleciste. Litíase biliar. Retocolite ulcerativa. Doença de Crohn. 12. Atendimento ao politraumatizado. Traumatismo cranioencefálico e raquimedular. 13. Videolaparoscopia diagnóstica e cirúrgica. 14. Hipertensão porta e cirrose. 15. Queimaduras. 16. Urgências cardiorrespiratórias. 17. Sistema de atendimento pré-hospitalar. 18. Resposta metabólica ao trauma. 19. Hemorragia digestiva. 20. Doenças das vias biliares. 21. Cirurgia Geral no ciclo gravídico puerperal. 22. Videolaparoscopia diagnóstica e terapêutica no ciclo gravídico puerperal. 23. Pré e pós-operatório em cirurgias eletivas e de urgência/emergência no ciclo gravídico puerperal. 24. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Dermatologia

Conhecimentos específicos: 1. Fundamentos de Dermatologia. 2. Cuidado de pacientes imunossuprimidos. 3. Fototerapia. 4. Patologia cutânea. 5. Alterações morfológicas cutâneas epidermo-dérmicas. 6. Afecções dos anexos cutâneos. 7. Foliculares. 8. Hidroses. 9. Tricoses. 10. Onicoses. 11. Infecções e infestações: dermatoses por vírus, dermatoses por riquetsias, piodermites e outras dermatoses por bactérias. 12. Tuberculoses e micobacterioses atípicas, hanseníase, sífilis e outras doenças sexualmente transmissíveis. 13. Micoses superficiais e profundas. 14. Leishmanioses e outras dermatoses parasitárias. 15. Dermatozoonoses. 16. Dermatoses por agentes químicos, físicos e mecânicos. 17. Inflamações e granulomas não infecciosos. 18. Inflamações não infecciosas. 19. Granulomas não infecciosos. 20. Dermatoses metabólicas. 21. Afecções psicogênicas, psicossomáticas e neurogênicas. 22. Dermatoses por imunodeficiência. 23. Afecções congênitas e hereditárias. 24. Cistos e neoplasias. 25. Cistos. 26. Nevos organoides. 27. Tumores cutâneos benignos e malignos. 28. Terapêutica. 29. Terapêutica tópica. 30. Terapêutica sistêmica: principais medicamentos de uso sistêmico em dermatologia. 31. Cirurgia dermatológica. 32. Eletrocirurgia, eletrocoagulação, eletrólise iontoforese. 33. Quimioterapia. 34. Actinoterapia, laser terapia e radioterapia. 35. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Psiquiatria

Conhecimentos específicos: 1. Psicopatologia Psiquiatria: Psicopatologia e semiologia dos Transtornos mentais: Semiologia Psiquiátrica. 2. Entrevista psiquiátrica. 3. Exame do estado mental. 4. A entrevista psiquiátrica. 5. Introdução geral à semiologia psiquiátrica. 6. A entrevista como paciente. 7. A consciência e suas alterações. 8. A atenção e suas alterações. 9. A orientação e suas alterações. 10. As vivências do tempo e do espaço e suas alterações. 11. A sensopercepção e suas alterações (incluindo a representação e a imaginação). 12. A memória e suas alterações. 13. Afetividade e suas alterações. 14. A vontade, a psicomotricidade e suas alterações. 15. O pensamento e suas alterações. 16. O juízo de realidade e suas alterações (o delírio). 17. A linguagem e suas alterações. 18. Funções psíquicas compostas e suas alterações: consciência e valoração do Eu, personalidade e inteligência. 19. A personalidade e suas alterações. 20. A inteligência e suas alterações. 21. Classificação diagnóstica em psiquiatria de acordo com a classificação internacional de doenças (CID-10). 22. Diagnóstico e Classificação em Psiquiatria. 23. Avaliação clínica e tratamento de transtornos mentais. 24. Epidemiologia, quadro clínico, prognóstico, comorbidades clínicas, diagnóstico diferencial, exames complementares e tratamentos relativos aos transtornos mentais: Esquizofrenia. 25. Esquizoafetivo. 26. Depressão. 27. Transtorno bipolar e comorbidades clínicas. 28. Transtornos de ansiedade. 29. Transtorno somatoforme. 30. Transtornos dissociativos (ou conversivos). 31. Transtornos por uso de substâncias. 32. Transtornos de personalidade. 33. Transtornos da alimentação. 34. Transtorno de atenção e hiperatividade na criança e no adulto. 35. Transtornos mentais orgânicos agudos e crônicos. 36. Terapias Biológicas: Princípios gerais de psicofarmacologia: Bases fisiológicas da psicofarmacologia. 37. Psicofarmacologia dos transtornos alimentares. 38. Tratamento farmacológico de dependência química. 39. Psicofarmacologia dos transtornos psicóticos. 40. Psicofarmacologia dos transtornos ansiosos. 41. Psicofarmacologia dos transtornos depressivos. 42. Psicofarmacologia do transtorno afetivo bipolar. 43. Psicofarmacologia no idoso. 44. Psicofarmacologia das emergências psiquiátricas. 45. Psicofarmacologia nas doenças clínicas. 46. Interações medicamentosas. 47. Psicofarmacologia na gestação e puerpério. 48. Urgências e emergências psiquiátricas: Suicídio e tentativa de suicídio. 49. Avaliação de risco de violência. 50. Agitação psicomotora e agressividade. 51. Aspectos psicofarmacológicos das urgências e emergências psiquiátricas. 52. Psiquiatria de ligação: Aspectos psiquiátricos e psicofarmacológicos relacionados a condições clínicas. 53. Inter consulta psiquiátrica no hospital geral. 54. Dor crônica e transtornos psiquiátricos. 55. Psiquiatria forense: Exame Pericial Psiquiátrico. 56. Exames e Avaliações Complementares em Psiquiatria Forense. 57. Perícia Criminal de Imputabilidade Penal. 58. Perícia Criminal de Dependência Química. 59. Exame de Superveniência De Doença Mental; Avaliação da Capacidade Civil. 60. Perícias Psiquiátricas Previdenciárias e Administrativas. 61. Implicações Forenses de alguns Transtornos Mentais (Transtornos Mentais Orgânicos, Transtornos por Uso de Substâncias Psicoativas, Transtornos Psicóticos, Transtornos do Humor, Parafilias e Crimes Sexuais, Transtornos do Controle dos Impulsos, Transtornos de Personalidade, Retardo Mental). 62. Simulação; Transtorno Mental e Prisão. 63. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Neurologia

Conhecimentos específicos: 1. Fisiopatogenia do SNC. 2. Semiologia dos estados alterados da consciência. 3. Doença cerebrovascular. 4. Isquemia e Hemorragia. 5. Tumores do SNC. 6. Epilepsia: etiopatogenia, classificação internacional, tratamento medicamentoso, estado de mal convulsivo. 7. Hipertensão intracraniana. 8. Doenças desmielinizantes. 9. Demências. 10. Neuropatias periféricas. 11. Doenças neurológicas com manifestações extrapiramidais. 12. Miopatias. 13. Miastenia grave e polimiosite, Diagnóstico de traumatismo cranioencefálico. 14. Doenças infecciosas e parasitárias do SNC. 15. Distúrbio do sono. 16. Noções de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support); SAVC (Suporte Avançado de Vida Cardiovascular).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Odontologia Clínica

Conhecimentos específicos: 1. Saúde Bucal Coletiva e Níveis de Prevenção. 2. Aspectos epidemiológicos e sociais das doenças bucais. 3. Biossegurança em odontologia. 4. Anatomia e histologia dentaria. 5. Semiologia e Semiotécnica em Odontologia. 6. Radiologia: técnicas radiográficas; interpretação radiográfica; anatomia radiográfica. 7. Cariologia: etiologia, prevenção, diagnóstico e tratamento da cárie dental. 8. Dentística: proteção do complexo dentino-pulpar; sistemas adesivos: propriedades, indicação, classificação e técnicas de aplicação clínica; materiais restauradores: tipos e propriedades; Materiais de moldagem: tipos, propriedades, indicações e técnicas de uso; restaurações diretas e indiretas: tipos, indicações, materiais, instrumental e técnicas. 9. Clareamento/branqueamento dental: indicações, contraindicações, materiais e técnicas. 10. Lesões Dentais Não cariosas: diagnóstico e tratamento. 11. Oclusão: Princípios de oclusão e movimentos mandibulares, guias de desocclusão, contatos oclusais, traumas de oclusão e interferências oclusais: diagnóstico e conduta. 12. Restaurações provisórias: indicações, materiais e técnicas. 13. Núcleo de preenchimento e Retentores intrarradiculares: tipos, indicações, materiais e técnicas. 14. Periodontia: anatomia do

periodonto, gengivites, doença periodontal e demais afecções que afetam o periodonto: prevenção, semiologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento; condições sistêmicas e suas relações com a periodontia; cirurgias periodontais e suas indicações. 15. Endodontia: alterações pulpares e periapicais: semiologia, diagnóstico e tratamento; tratamentos conservadores da polpa dental; acesso à câmara pulpar: instrumental e técnica; traumatismo alvéolo-dentário. 16. Acidentes, complicações e emergências médicas no atendimento odontológico. 17. Urgências em Odontologia. 18. Estomatologia: semiologia, semiotécnica, diagnóstico, tratamento e prevenção das afecções de tecidos moles e duros da cavidade bucal; lesões cancerizáveis: semiologia, semiotécnica, diagnóstico e prevenção neoplasias malignas e benignas da cabeça e pescoço; 19. Patologia bucal e doenças sistêmicas com manifestação bucal. 20. Atendimento de pacientes com condições especiais e doenças sistêmicas crônicas. 21. Prótese: reabilitações totais e parciais na dentição permanente: diagnóstico, planejamento, materiais e técnicas; 22. Cirurgia oral menor: princípios cirúrgicos, planejamento e técnicas cirúrgicas, acidentes e complicações. 23. Anestesiologia: técnicas anestésicas intra-bucais; anatomia aplicada a anestesiologia; farmacologia dos anestésicos locais e vaso-constritores; acidentes e complicações em anestesia odontológica: prevenção e conduta. 24. Fluoroterapia, toxicologia do flúor, fluorose: diagnóstico e tratamento. 25. Farmacologia odontológica: Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa. 26. Código de Ética Odontológica. 27. Odontopediatria: Crescimento e desenvolvimento da face; práticas preventivas em odontopediatria; Dentística voltada para a odontopediatria, materiais restauradores e técnicas; patologia bucal na infância e na adolescência: semiologia, diagnóstico e tratamento; proteção do complexo dentinopulpar; terapia pulpar em odontopediatria; traumatismos na dentição decídua e permanente; noções de odontologia para bebês. 28. Procedimentos integrados em Dentística, Prótese, Periodontia, Endodontia e Ortodontia. 29. Odontologia em equipe multiprofissional. 30. Emissão de laudos e pareceres, atestados e licenças. 31. Política Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde: bases legais. Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio teórico e técnico dos conhecimentos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Endodontia

Conhecimentos específicos: 1. Embriologia e Histofisiologia do complexo dentino-pulpar. 2. Semiologia e Semiotécnica em Odontologia. 3. Etiopatogenia das alterações pulpares. 4. Etiopatogenia das alterações periapicais. 5. Diagnóstico e tratamento das alterações pulpares e periapicais; 6. Proteção do complexo dentinopulpar; 7. Tratamento conservador da polpa dentária; 8. Aspectos microbiológicos em endodontia; 9. Planejamento do tratamento endodôntico; 10. Tratamento endodôntico em dentes com polpa vital, polpa necrosada e rizogênese incompleta; 11. Retratamento endodôntico; 12. Anatomia da câmara pulpar e dos canais radiculares; 13. Abertura coronária; 14. Preparo biomecânico do canal radicular: instrumentação manual, ultrassônica, sistemas oscilatórios e rotatórios; 15. Preparo para retentores intraradiculares; 16. Substâncias químicas auxiliares no tratamento endodôntico; 17. Obturação do canal radicular. 18. Traumatismos Alvéolo-Dentários; 19. Complicações e insucessos em Endodontia: prevenção, diagnóstico e tratamento. 20. Localizadores eletrônicos foraminais. 21. Cirurgia em Endodontia; 22. Microscopia no tratamento endodôntico. 23. Urgências em Endodontia: diagnóstico e tratamento. 24. Patologias pulpares x Outras patologias bucais. 25. Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. 26. Anestesiologia: técnicas anestésicas intra-bucais; anatomia aplicada a anestesiologia; farmacologia dos anestésicos locais e vaso-constritores; acidentes e complicações em anestesia odontológica: prevenção e conduta. 27. Radiologia e imaginologia aplicadas à Endodontia. 28. Inter-relação da Endodontia com a Prótese, Oclusão, Periodontia e Odontopediatria. 29. Uso do laser em Endodontia. 30. Clareamento de dentes tratados endodônticamente. 31. Aplicação dos fluoretos na clínica restauradora. 32. Biossegurança em odontologia. 33. Código de Ética Odontológica. 34. Emissão de laudos e pareceres, atestados e licenças. 35. Política Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde: bases legais. Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Cirurgia Buco-maxilo-facial

Conhecimentos específicos: 1. Semiologia e Semiotécnica em Odontologia. 2. Princípios gerais da cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial: exame clínico, exames complementares; condutas pré e pós operatórias. 3. Instrumentais e materiais e suas aplicações. 4. Anatomia de cabeça e pescoço; 5. Anestesiologia: técnicas anestésicas intra e extrabucais; farmacologia dos anestésicos locais e vasoconstritores; acidentes e complicações em anestesia odontológica. 6. Radiologia e Imaginologia aplicada a odontologia. 7. Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. 8. Exodontia de dentes erupcionados, inclusos, semi-inclusos e impactados. 9. Tratamento cirúrgico das lesões patológicas bucais: cistos, tumores, lesões benignas; 10. Doenças das glândulas salivares e seu tratamento

cirúrgico; 11. Cirurgia pré-protética. 12.Implantes osseo-integráveis: técnica e manejo de tecidos moles e duros; 12 Enxertos ósseos: classificação, materiais, técnica cirúrgica; 13. Placas e implantes de ancoragem ortodôntica; 14. Afecções dentais e maxilo-faciais: diagnóstico e tratamento das infecções odontogênicas. infecções dos seios da face, complicações buco-sinusais, osteomielites e osteorradionecrose. 15. Biopsia em odontologia. 16. Cirurgia de apicectomia. 17. Código de Ética Odontológica. 18. Análise facial, cefalométrica e radiográfica das deformidades dentofaciais ; 19. Traçado preditivo, cirurgia em modelos. 20. Diagnóstico e tratamento orto-cirúrgico das deformidades dentofaciais; 21. Cirurgia Ortognática em apneia; 22. Articulação Têmporo – mandibular: anatomia, funções e distúrbios (diagnóstico e tratamento); 23.Traumatismo alvéolo-dentário: diagnóstico e tratamento; 24. Princípios de oclusão dental e movimentos mandibulares. 25. Traumatismo Facial: diagnóstico e tratamento. 26. Acidentes, complicações e emergências médicas no atendimento odontológico 27. Urgências em Odontologia. 28. Biossegurança e controle de infecção. 29 Código de Ética Odontológica. 30. Odontologia em equipe multiprofissional. 31 Emissão de laudos e pareceres, atestados e licenças. 32. Política Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde: bases legais. Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio teórico e técnico dos conhecimentos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Psicologia

Conhecimentos específicos: 1. Psicologia da Saúde: processo saúde/doença; conceitos de saúde mental; medidas de promoção e prevenção em saúde mental. 2. Áreas de intervenção especial em Psicologia Policial: atividade policial e processos de estresse (prevenção, tratamento e reabilitação); estresse ocupacional (BURNOUT); estresse pós-traumático (prevenção, tratamento e reabilitação); psicologia das emergências; suicídio; dependência química; doenças psicossomáticas. 3. Psicologia Clínica: técnicas psicoterápicas; psicoterapia breve; psicoterapia em grupo. 4. Psicopatologia: critérios de normalidade, diagnóstico diferencial e contextualizado. 5. Psicologia Organizacional: conceito, histórico, cultura e clima organizacional; função do psicólogo nas instituições; saúde mental no trabalho. 6. Gestão de Pessoas: diagnóstico institucional; desenvolvimento humano; desenvolvimento interpessoal; processo grupal; mediação de conflitos; motivação; avaliação de desempenho; análise profissiográfica e perfil profissiográfico. 7. Avaliação Psicológica: conceitos; princípios éticos na avaliação psicológica; técnicas e instrumentos (entrevistas; testes psicológicos; inventários; dinâmicas de grupo; análise dos processos grupais); avaliação específica para Porte de Arma de Fogo. 8. Papel do psicólogo na equipe interdisciplinar. 9. Ética profissional, direitos humanos e cidadania. 10. Redação de correspondências oficiais: documentos psicológicos de acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (declaração, atestado, parecer, laudo e relatório). 11. Psicologia Criminal: estudo da personalidade com potencial criminógeno (aspectos sociais e psicológicos); psicologia investigativa: avaliação forense da personalidade criminal; deficiência da dinâmica psicoafetiva familiar; sociopatia, doença mental e crime; violência doméstica e sexual. 12. Noções de psicofarmacologia.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico dos conhecimentos médicos necessários para atuar na área de saúde da Polícia Militar do Estado de Goiás.

ANEXO III – DAS DOENÇAS INCAPACITANTES
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2022

RELAÇÃO DAS DOENÇAS, ALTERAÇÕES INCAPACITANTES E FATORES DE CONTRA – INDICAÇÃO PARA ADMISSÃO / INCLUSÃO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
(CONFORME ANEXO III DA PORTARIA Nº 8684 DE 20/12/2016 – PMGO)

GRUPO I: DOENÇAS OU DEFORMIDADES CONGÊNITAS E ADQUIRIDAS.

a) espinha bífida; b) anomalias congênitas ou adquiridas do sistema nervoso e órgãos dos sentidos; c) fissura de abóbada palatina e lábio leporino sem correção cirúrgica ou, quando corrigidos, deixarem sequelas; d) anomalias congênitas ou adquiridas dos órgãos genitais externos; e) anorquia; f) rim policístico; g) anomalias congênitas do sistema cardiovascular; h) anomalias congênitas dos ossos e articulações (encurtamentos, desvios, deformidades, e outros); i) mutilações ou lesões com perda anatômica ou funcional de quirodáctilos ou pododáctilos ou outras partes dos membros; j) albinismo; k) ausência congênita ou adquirida, total ou parcial, de órgãos indispensáveis à aptidão para a função policial militar; l) presença de órtese e/ou prótese, exceto nos ossos nos casos definido pelo ortopedista; m) deformidades congênitas ou adquiridas com comprometimento estético e/ou funcional; n) perda de parte do nariz ou orelha.

GRUPO II: DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS.

a) tuberculose em atividade e outras micobacterioses; b) doenças sexualmente transmissíveis complicadas; c) hanseníase; d) malária; e) leishmaniose; f) doença de chagas; g) esquistossomose; h) micoses profundas e as superficiais com comprometimento estético e/ou funcional; i) portador dos vírus HIV ou HTLV; j) hepatites; k) portadores de vírus da hepatite, exceto da hepatite “A”; l) doenças infecciosas e parasitárias persistentes e/ou incuráveis ou que deixem sequelas; m) cisto hidático; n) actinomicose; o) filariose; p) cisticercose; q) Malária complicada; r) toxoplasmose ocular ou no SNC; s) infecções por vírus lentos no SNC.

GRUPO III: DOENÇAS, ALTERAÇÕES E DISFUNÇÕES ENDÓCRINAS, METABÓLICAS E NUTRICIONAIS.

a) diabetes mellitus e insípidus; b) bócio e nódulo tireoidiano; c) hipertireoidismo; d) hipotireoidismo; e) gota; f) disfunções hipofisárias; g) disfunções das paratireóides; h) disfunções das supra-renais; i) disfunções gonadais; j) dislipidemia grave; k) sobrepeso, obesidade (grau I, II e III) e déficit ponderal incompatível com a função policial militar; l) doenças, alterações e disfunções de órgãos endócrinos, do metabolismo e nutrição, persistentes e/ou incuráveis ou que deixem sequelas.

GRUPO IV: DOENÇAS, ALTERAÇÕES DO SANGUE, DOS ÓRGÃOS HEMATOPOÉTICOS E DO SISTEMA IMUNITÁRIO.

a) anemias; b) policitemias; c) leucopenia e leucocitose; d) trombocitopenia e trombocitose; e) coagulopatias; f) púrpuras; g) linfadenopatias, salvo as decorrentes de doenças benignas; h) doenças oncohematológicas; i) colagenoses; j) doenças ou alterações do sangue, dos órgãos hematopoéticos e do sistema imunitário persistentes e/ou incuráveis ou que deixem sequelas.

GRUPO V: DOENÇAS E TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO.

a) psicoses; b) neuroses; c) distúrbio de personalidade incompatível com a função policial militar; d) alcoolismo e toxicomanias; e) oligofrenias e demências; f) dislalia; g) uso prolongado de psicofármacos; h) doenças e distúrbios mentais e de comportamento incompatível com a função policial militar; i) disфонia.

GRUPO VI: DOENÇAS E ALTERAÇÕES OTORRINOLARINGOLÓGICAS.

a) otite; b) mastoidite; c) perfuração(ões) da membrana timpânica; d) transtornos da função vestibular; e) hipoacusia ou surdez; f) surdo-mudez; g) sinusite grave; h) polipose nasal ou sinusal; i) rinite crônica; j) paralisia da laringe; k) distúrbio da voz ou da fala com repercussão funcional; l) distúrbio total ou parcial da pirâmide ou septo nasal; m) anosmia; n) doenças ou alterações que exijam uso de prótese auditiva; o) doenças ou alterações otorrinolaringológicas persistentes e/ou incuráveis ou que deixem sequelas.

GRUPO VII: DOENÇAS E ALTERAÇÕES DO SISTEMA CARDIOVASCULAR.

a) deformidade torácica, tais como, abaulamento e/ou alterações do precórdio; b) alterações do ictus; c) presença de frêmitos ou alterações da bulha à palpação; d) alterações na ausculta; e) alterações do ritmo; f) alterações das bulhas cardíacas; g) presença de sopro com características que os identifiquem clinicamente como orgânicos ou aqueles com prognósticos a longo prazo; h) doenças cardíacas reumáticas valvulares, prolapso da válvula mitral. i) coronariopatias; j) miocardite, endocardite e pericardite; k) miocardiopatias, incluindo as hipertrafícas; l) doenças congênitas do coração e vasos; m) insuficiência cardíaca; n) hipertensão arterial definida para faixa etária da inclusão com nível de pressão arterial sistólica maior ou igual a 140 mm Hg e diastólica maior ou igual a 90 mm Hg; o) paciente que tenha submetido a qualquer tipo de cirurgia cardíaca, arterial ou venosa. p) neurisma ventriculares ou vasculares. q) doenças vasculares periféricas englobando condições que afetam as artérias, veias e vasos linfáticos com manifestações como alteração de coloração, temperatura, trofismo, ulcerações e presença de edemas (flebitis, tromboflebitis, linfedemas). r) varizes, desde a dilatação inócua, até a funcionalmente incompetente. Varicoceles. s) outras doenças do aparelho circulatório incuráveis ou persistentes. Eletrocardiograma. Pode completar os critérios de exames físicos, como também representar um dado para exclusão independente da normalidade do exame clínico.

São consideradas alterações eletrocardiográficas: a) parassístoles; b) dissociação AV; c) extra-sístoles; d) alterações isquêmicas; e) taquicardias paraxísticas; f) bloqueio sinoatriais; g) ritmos de substituição; h) doenças do nódulo sinusal; i) bloqueio de ramo esquerdo; j) bloqueio de ramo direito; k) bloqueio atrioventricular; l) flutter e fibrilação atriais; m) síndrome de pré-excitação; n) sobrecargas ventricular direita e esquerda; o) crescimento atriais: átrio esquerdo, átrio direito e biatrial.

GRUPO VIII: DOENÇAS BRONCO PULMONARES.

a) bronquite crônica; b) enfisema pulmonar; c) asma; d) pneumonia.; e) doenças pulmonares tromboembólicas; f) bronquiectasias; g) pneumotórax; h) hipertensão pulmonar; i) doenças respiratórias crônicas incuráveis, (DPOC, etc); j) sequelas de doenças que possam comprometer a função pulmonar.

GRUPO IX: DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO.

a) estomatites crônicas; b) fístulas das glândulas salivares; c) lesões da língua com defeito de articulações das palavras; d) outras deformidades congênicas ou adquiridas do trato digestivo superior acompanhadas de perturbações funcionais permanentes e/ou incuráveis; e) úlcera do estômago e duodeno; f) hérnias da cavidade abdominal (inguinal, femoral, incisional, umbilical, etc); g) eventração; h) doenças do estômago e intestino; i) fístulas da parede abdominal; j) fístulas ano-retais; k) cirrose hepática; l) colelitíase, colecistites, pancreatites; m) hepatomegalia e esplenomegalias; n) hepatites; o) diarreias crônicas; p) ascite icterícia; q) hérnia de hiato com esofagite; r) megaesôfago e megacólon; s) colites com diarreia e/ou obstipação.

GRUPO X: DOENÇAS DO APARELHO GENITO-URINÁRIO E MAMA.

a) glomerulopatias; b) pielonefrites; c) hidronefrose; d) urolitíase; e) insuficiência renal crônica; f) neoplasias urológicas; g) sífilis; h) disfunções do esfíncter vesíco-uretral; i) hipospádia; j) anorquídia; k) ectopia testicular; l) orquiepididimite; m) hidrocele; n) Varicocele; o) ginecomastia; p) hipertrofia mamária; q) doença inflamatória de mama (mastite) resistente ao tratamento; r) abortamento em evolução ou retido; s) salpingite e oforites agudas; t) parametrite e celulite pélvica agudas; u) doenças inflamatórias agudas do útero e anexos; v) prolapso genital; w) fístulas do trato genital feminino; x) displasias uterinas e da vagina; y) câncer ginecológico e de mama.

GRUPO XI: DOENÇAS E ALTERAÇÕES DA PELE E SUBCUTÂNEO.

a) eczema; b) dermatites e dermatoses crônicas; c) pênfigos; d) dermatite herpétiforme; e) eritema nodoso; f) acne interna ou com repercussão estética; g) sicosose e pseudofoliculite da barba; h) afecção hipertróficas e atrofia da pele (quelóide, cicatrizes, calosidades); i) desidroses (recidivantes quando acompanhadas de lesões que perturbem a marcha e a utilização das mãos); j) alopecia arata; k) úlcera da pele; l) vitiligo; m) nevus que comprometem a estética e tatuagem – (permitidas desde que fiquem encobertas quando em uso do fardamento, inclusive o uniforme de educação física, e cujo conteúdo não faça alusão ou apologia à violência e discriminação de qualquer espécie); n) psoríase e para-psoríase; o) líquem mixedematoso e escleroatrófico; p) hanseníase; q) genodermatoses doenças da pele. ex.: ictiose, epidermolises bolhosas, xeroderma pigmentos; r) deformidades decorrentes do uso atual ou antigo de corpos estranhos; s) outras doenças da pele e do subcutâneo prejuízo funcional ou estético.

GRUPO XII: DOENÇAS DO SISTEMA MÚSCULO ESQUELÉTICO.

a) osteoartrites (artroses); b) espondiloartroses; c) artrite reumatóide; d) osteomielite e periostites crônicas; e) osteíte deformante; f) lúpus eritematoso sistêmico; g) polimiosites; h) esclerodermia; i) espondilite anquilosante e outras espondiloartropatias; j) febre reumática; k) pseudo-artrose e outras doenças das articulações (luxações irreduzíveis ou recidivantes); l) joanetes; m) tendinite; n) bursite (acarretando impotência funcional do membro); o) doenças dos músculos, tendões, aponeurose, incompatíveis com a função policial militar; p) miastenia grave; q) desvio da coluna vertebral; r) pé valgo e varo; s) pé plano; t) pé torto e outras deformidades dos ossos e articulações; u) luxações recidivantes de ombro; v) sequelas de lesões meniscais e ligamentos do joelho; w) genu varo; x) genu valgo; y) amputações totais ou parciais de seguimentos. z) sequelas ou deformidades com comprometimento funcional decorrentes de fraturas.

GRUPO XIII: DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO.

a) epilepsia; b) sequelas de afecção do sistema nervoso central (afasias, dispraxias, ataxias, hidrocefalias); c) Lombociatalgias por hérnias discais ou outras causas; d) Quadros dolorosos; e) Outras doenças neurológicas que levem a prejuízos funcionais, incompatíveis com a atividade Policial Militar.

GRUPO XIV: DOENÇAS OFTALMOLÓGICAS.

a) estrabismos manifestos ou latentes; b) ptoses, hiperemias conjuntivas, tumorações ou anomalias que comprometem a estética; c) patologias crônicas degenerativas, distróficas ou infecciosas; d) vícios de refração de caráter progressivo; e) daltonismo absoluto (discromatopsia); f) cataratas congênicas; g) lentes intra-ocular; h) patologias cicatriciais; i) lentes de contato.

TESTE DE ACUIDADE VISUAL:

a) No momento da inspeção da saúde visual tolera-se astigmatismo de até 0,75 dioptrias e hipermetropia de até 0,75 dioptrias, desde que não apresente miopia ou distúrbios da motilidade ocular ou patologias corretadas. b) Medida da acuidade visual obedecerá os seguintes critérios - (ESCALA DE WECKER). 1) A distância do candidato aos optótipos de 5 metros; 2) Usar tabelas de optótipos com iluminação externa; 3) O tamanho do optótipos para a acuidade visual igual a 1.0 é de 7,25 mm, os demais aumentam proporcionalmente; 4) A iluminação do ambiente deverá ser de intensidade média, evitando-se os extremos (muito claro ou muito escuro). O candidato deverá estar colocado de costas para a janela a fim de evitar a incidência direta da luz ou reflexos externos sobre os olhos; 5) O candidato, ao chegar vindo do sol ou ambiente escuro deverá permanecer por 15 (quinze) minutos, no mínimo, num ambiente de intensidade luminosa semelhante à do local do exame; 6) Exame de senso cromático pelo teste próprio.

GRUPO XV: DOENÇAS E ALTERAÇÕES ODONTOLÓGICAS.

Não apresentar: a) Cáries; b) Restos radiculares; c) Evidências de foco séptico de origem dentária ou bucal; d) Alterações de tecidos moles que não regridam espontaneamente e que necessitem de tratamento; e) Alterações de disfunção severa da articulação temporal e discrepâncias quanto à harmonia dos terços faciais; Ex.: prognatismo, retrognatismo, protusão ou retrusão da maxila; f) Doença periodontal em estado avançado; g) Falhas dentárias e má-oclusão que impeçam a correta mastigação e boa dicção; h) Tratamentos mal realizados. Ex.: endodontia inadequada, próteses mal adaptadas, próteses provisórias (perereca), como trabalho definitivo; i) Falhas dentárias sem o uso do aparelho protético definitivo; j) Má formação congênita labial, palatina ou mandibular não tratadas; 11. Lesões consideradas malignas ou pré-malignas; k) Má higiene oral com alto índice de placa bacteriana; l) Paralisia do nervo facial de caráter permanente; m) Fraturas não consolidadas; n) Sequelas deformantes; o) Dentes inclusos ou impactados com indicação de exodontia.

Tolerâncias admitidas:

a) prótese total, desde que apresente estabilidade funcional; b) prótese removível, desde que apresente os dentes suportes hígidos ou adequadamente restaurados e estabilidade funcional; c) próteses fixas, coroa sobre raízes sem periapicopatias ou periodontopatias e próteses sobre implantes osseointegrados sem perimplantites; d) aparelhos ortodônticos; e) más oclusões em classe I, II e III (Angle) desde que discreta.

O candidato deverá comparecer para a inspeção de saúde odontológica, portando radiografias recentes - panorâmica e bite-wing de posteriores, podendo, a critério do examinador, ser solicitado outros exames para conclusão diagnóstica.

**ANEXO IV - MODELO DE REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2022**

(Membro de família cuja renda familiar seja inferior a 2 salários-mínimos ou beneficiário de programa federal ou estadual de transferência de renda)

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, UF do RG _____, Data de nascimento ____/____/_____, Nome da mãe: _____, venho requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição do **Concurso Público para o cargo de _____** confirme disposto no **item 4 do Edital de Abertura do Concurso Nº 003/2022**.

MEMBRO DE FAMÍLIA CUJA RENDA FAMILIAR SEJA INFERIOR A 2 (DOIS) SALÁRIOS-MÍNIMOS

() Declaro, para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição, ser membro de família de baixa renda (inferior a 2 salários-mínimos) e, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em concurso público. Declaro estar ciente de que família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, definido como o local que serve de moradia à família. Declaro, ainda, saber que família de baixa renda é aquela com renda familiar mensal inferior a 2 (dois) salários-mínimos. Declaro, também, ter conhecimento de que a renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos programas descritos no inciso IV do artigo 4 do Decreto nº 6.135/2007. Declaro, por fim, que estou ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936/1979.

Como membro de família cuja renda familiar seja inferior a 2 (dois) salários-mínimos, juntamente com este requerimento, entrego a seguinte documentação:

() Documento de identidade (RG);

() Cadastro de Pessoa Física (CPF);

() Comprovante oficial de renda familiar especificando receber remuneração mensal inferior a 02 (dois) salários-mínimos ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação de nenhum ou do último contrato de trabalho e da primeira página anterior e subsequente (com correspondente data de saída anotada no último contrato de trabalho ou em branco) de todos os membros da família; e

() Outra documentação comprobatória.

BENEFICIÁRIO DE PROGRAMA FEDERAL OU ESTADUAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

() Declaro, para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição, ser beneficiário de programa federal ou estadual de transferência de renda. Declaro, por fim, que estou ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936/1979.

Como beneficiário de programa federal ou estadual de transferência de renda, juntamente com este requerimento, entrego a seguinte documentação:

() Documento de identidade (RG);

() Cadastro de Pessoa Física (CPF);

() Cartão original do Número de Identificação Social (NIS) com data de validade vigente;

() Certidão, ou declaração equivalente, expedida no presente ano pelo órgão competente, que comprove recebimento de benefício de programa federal ou estadual de transferência de renda; e

() Outra documentação comprobatória.

É de minha responsabilidade exclusiva o correto preenchimento dessa declaração e a entrega, no prazo regular, da documentação requerida em conformidade com o Edital de abertura do concurso.

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.

(Cidade/UF) _____, _____ de _____ 2022.

Assinatura do candidato(a)

**ANEXO V - MODELO DE FICHA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2022**

Este formulário tem caráter confidencial e se destina exclusivamente ao uso do setor de investigação social da polícia militar. Declarações falsas ou omissões acarretarão no cancelamento de seus exames ou sua exclusão sumária da polícia militar.

FOTO

Nome:
CPF:
Cargo:

PARTE A - Informações pessoais, endereços e redes sociais

Identidade nº
Data Expedição
Órgão Emissor
UF
Naturalidade
Data Nascimento
Sexo
Estado Civil
Título de Eleitor

Cite o endereço atual e o último em que residiu:

Endereço 1 (Completo com Quadra, Lote, Número e CEP)

Endereço

CEP

Ponto de Referência

Cidade

UF

Data Início

Data Fim

Endereço 2 (Completo com Quadra, Lote, Número e CEP)

Endereço

CEP

Ponto de Referência

Cidade

UF

Data Início

Data Fim

REDES SOCIAIS

Cite todos os sites de relacionamentos que possui e respectivos endereços eletrônicos (email, Facebook, Instagram, twitter, etc) particulares e funcionais (informe todos que você possui):

Plataforma – 1 Endereço/Usuário

Plataforma – 2 Endereço/Usuário

Plataforma – 3 Endereço/Usuário

Plataforma – 4 Endereço/Usuário

PARTE B – Informações Familiares

Dê informações completas sobre seus pais, irmãos e Cônjuge. Se você foi criado por padrastos, tutores legais ou outras pessoas que não são seus pais biológicos, a informação solicitada deve abrangê-los também.

ITEM 1

Grau de parentesco
Idade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF

ITEM 2

Grau de parentesco
Idade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF

ITEM 3

Grau de parentesco
Idade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF

ITEM 4

Grau de parentesco
Idade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF

ITEM 5

Grau de parentesco
Idade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF

ITEM 6

Grau de parentesco

Idade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF

PARTE C – Informações Diversas

- Você já fez ou faz parte de algum Processo na Justiça, seja na condição de autor, indiciado, réu, testemunha ou até mesmo como vítima?

- Você já foi conduzido preso, apreendido, ou na condição de envolvido a qualquer repartição policial ou Juizado? - Já esteve alguma vez envolvido, investigado ou indiciado administrativamente em Inquérito Policial, Sindicância Administrativa ou Investigação Sumária?

- Você possui ou possuiu alguma arma de fogo?

- Pertence ou já pertenceu a qualquer sindicato, ou outra associação de classe?

- Você é ou já foi filiado (a) a algum partido político?

- O que você costuma fazer nas horas de folga?

- Você já experimentou ou faz uso de substâncias entorpecentes ilícitas (drogas)?

- Você ou algum membro de sua família já foi examinado, tratado ou já esteve internado em virtude de distúrbios nervosos ou mentais, ou enfermidade prolongada?

- Você é motorista habilitado?

Forneça os seguintes detalhes:

Nº CNH:

Data de Expedição

Local da Expedição Categoria

Já teve sua Carteira de Motorista suspensa ou cassada?

Em caso positivo, forneça detalhes:

Já foi envolvido em algum acidente ao dirigir veículo?

Forneça detalhes:

PARTE D – Informações Profissionais

Relacione, os **DOIS ÚLTIMOS** lugares em que esteve empregado, incluindo o atual. Dê endereços completos e as datas de inatividades entre cada período de emprego.

ATENÇÃO: Caso tenha trabalhado em empresa terceirizada, informe o endereço do escritório desta empresa, e também, o endereço do local onde você prestou serviços para a empresa que o contratou:

Emprego 1

Nome da Empresa

CNPJ

Período de trabalho – Início

Período de trabalho - Fim

Cidade da Empresa

UF da Empresa

Endereço

Bairro

Ponto de referência

Função que desempenhava

Chegou a sofrer punição?

Motivo da demissão

Emprego 2

Nome da Empresa

CNPJ

Período de trabalho – Início

Período de trabalho - Fim

Cidade da Empresa

UF da Empresa

Endereço

Bairro

Ponto de referência

Função que desempenhava

Chegou a sofrer punição?
Motivo da demissão

PARTE E -Informações acadêmicas – Conclusão do Ensino Médio e Curso Superior

Ensino Médio

Nome Instituição de Ensino:

Endereço:

CEP

Cidade

UF

Data Início

Data Fim

Curso Superior

Nome Instituição de Ensino

Endereço

CEP

Cidade

UF

Data Início

Data Fim

Espaço destinado para Complementações

Declaro que li e respondi pessoalmente todas as questões contidas no presente formulário, e autorizo serem procedidas averiguações sobre minha conduta pessoal, profissional e escolar, isentando as pessoas, empresas e estabelecimentos de ensino que prestarem informações à polícia militar de qualquer responsabilidade, caso não se processe o meu alistamento ou venha a ser desligado do curso de formação.

_____, ____ de _____ de 2022

Assinatura do Candidato

CRONOGRAMA – CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2022
Cargos: Cadete e 2º Tenente (Médico/Odontólogo/Psicólogo)

EVENTO	CADETE	2º TENENTE QOS
Publicação do Edital de Abertura	08/04/2022	08/04/2022
Período para impugnação do Edital de Abertura	08 a 12/04/2022	08 a 12/04/2022
Período para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	08 a 12/04/2022	08 a 12/04/2022
Prazo para envio da documentação referente a isenção da Taxa de Inscrição	08/ a 13/04/2022	08/ a 13/04/2022
Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição	22/04/2022	22/04/2022
Período para recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição	25 a 27/04/2022	25 a 27/04/2022
Divulgação do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição pós-recurso	03/05/2022	03/05/2022
Período para solicitação de inscrição	04/05/2022 a 06/06/2022	04/05/2022 a 06/06/2022
Período para pagamento da taxa de inscrição	04/05/2022 a 07/06/2022	04/05/2022 a 07/06/2022
Período para postagem de laudo médico	04/05/2022 a 07/06/2022	04/05/2022 a 07/06/2022
Divulgação do deferimento das inscrições	10/06/2022	10/06/2022
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	13 a 15/06/2022	13 a 15/06/2022
Divulgação do deferimento da inscrição pós-recurso	22/06/2022	22/06/2022
Divulgação do horário e local da prova	29/06/2022	29/06/2022
Divulgação Cartão de Informação do Candidato	11/07/2022	11/07/2022
Aplicação da Prova Objetiva e Discursiva	17/07/2022	24/07/2022
Divulgação do Gabarito Preliminar e dos Cadernos de questões	18/07/2022	25/07/2022
Período para recurso contra o Gabarito Preliminar	19 a 21/07/2022	26 a 28/07/2022
Divulgação do edital de Pareceres dos Recursos Deferidos contra o Gabarito Preliminar, do Gabarito pós-recursos, das folhas de respostas da Prova Objetiva e do Resultado da Prova Objetiva – Preliminar	08/08/2022	09/08/2022
Período para recurso contra o resultado da Prova Objetiva – Preliminar	09 a 11/08/2022	10 a 12/08/2022
Divulgação do resultado da Prova Objetiva – pós-recursos e do Gabarito Definitivo	19/08/2022	19/08/2022
Divulgação do candidato habilitado para a correção da Prova Discursiva	19/08/2022	19/08/2022
Divulgação da folha de respostas e do resultado preliminar da Prova Discursiva	26/08/2022	26/08/2022
Período para recurso contra o resultado da Prova Discursiva	29/08/2022 a 31/08/2022	29/08/2022 a 31/08/2022
Divulgação do resultado da Prova Discursiva e do resultado da Prova Discursiva pós-recurso	13/09/2022	13/09/2022
Convocação dos candidatos habilitados para a Avaliação Física	13/09/2022	13/09/2022
Divulgação do local de prova	16/09/2022	16/09/2022
Aplicação da Avaliação Física	22/09/2022	23/09/2022
Divulgação do resultado provisório da Avaliação Física	30/09/2022	30/09/2022
Período para recurso contra o resultado a Avaliação Física	03 a 05/10/2022	03 a 05/10/2022
Divulgação do resultado da Avaliação Física pós-recurso	14/10/2022	14/10/2022
Divulgação dos candidatos habilitados para a Avaliação Médica e Odontológica	14/10/2022	14/10/2022
Divulgação do local de prova	20/10/2022	20/10/2022
Aplicação da Avaliação Médica e Odontológica	30/10/2022	31/10/2022
Divulgação do resultado da Avaliação Médica e Odontológica	11/11/2022	11/11/2022

Período para recurso contra o resultado da Avaliação Médica e Odontológica	14 a 17/11/2022	14 a 17/11/2022
Divulgação do resultado da Avaliação Médica e Odontológica pós-recurso	29/11/2022	29/11/2022
Convocação da Avaliação da Vida Progressa e Investigação Social	14/10/2022	14/10/2022
Período para cadastro e envio dos documentos	17 a 24/10/2022	17 a 24/10/2022
Realização da Avaliação da Vida Progressa e Investigação Social	25/10/2022 a 11/01/2023	25/10/2022 a 11/01/2023
Divulgação do resultado	07/02/2023	07/02/2023
Período para recurso contra o resultado da Avaliação da Vida Progressa e Investigação Social	08 a 10/02/2023	08 a 10/02/2023
Divulgação do resultado final da Avaliação da Vida Progressa e Investigação Social	17/02/2023	17/02/2023
Divulgação dos candidatos habilitados para a Avaliação Psicológica	29/11/2022	29/11/2022
Divulgação do local de prova	07/12/2022	07/12/2022
Aplicação da Avaliação Psicológica	11/12/2022	12/12/2022
Divulgação do resultado da Avaliação Psicológica	10/01/2023	10/01/2023
Realização da Entrevista devolutiva	22/01/2023	22/01/2023
Período para recurso contra o resultado da Avaliação Psicológica	23 a 25/01/2023	23 a 25/01/2023
Divulgação do resultado da Avaliação Psicológica pós-recurso	03/02/2023	03/02/2023
Divulgação do resultado preliminar e classificação dos candidatos	24/02/2023	24/02/2023
Período para recurso contra o resultado e classificação	27/02 a 01/03/2023	27/02 a 01/03/2023
Divulgação do resultado final e classificação pós-recurso	08/03/2023	08/03/2023
Divulgação da HOMOLOGAÇÃO do resultado final e classificação	13/03/2023	13/03/2023